

MÓDULO B-2009

Dicas para evitar problemas com a certificação.....	2
A Arte e sua Contribuição na Participação e Integração..... <i>Carla Casado</i>	3
EDUCOMUNICAÇÃO - Mídia para Crianças e Adolescentes: mídia de todos e mídia para todos..... <i>Edney Mota Almeida</i>	13
Contribuições das Diretrizes Nacionais de Prevenção ao Uso de Drogas ao Programa Integração AABB Comunidade..... <i>Juliana Santos Graciani</i>	22
Apoio escolar: o conhecimento histórico e a integração familiar no Programa Integração AABB Comunidade..... <i>Marcio Leopoldo Gomes Bandeira</i>	29
Educação para o Mundo do Trabalho, Envolvendo as Famílias..... <i>Marcos Eduardo Ferreira Marinho</i>	36
Criança e Adolescente em Situação de Vulnerabilidade - O desafio do trabalho em Rede..... <i>Prof^a Dr^a Maria Stela Santos Graciani</i>	42
A efetivação das políticas públicas no exercício do protagonismo infanto-juvenil à convi- vência familiar e comunitária..... <i>Silvestre Rodrigues da Silva</i>	51
O Sistema de Garantia de Direitos e sua interface com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comu- nitária..... <i>Graziela Santos Graciani</i>	60
A relevância da construção de indicadores sociais participativos para a Gestão de Progra- mas e Projetos Sociais..... <i>Márcia Guerra</i>	69
Dicas e Ficha de Inscrição.....	77

Coordenadores(as) e Educadores(as)
do Programa Integração AABB Comunidade

As respostas do Módulo B-2009 deverão ser enviadas ao NTC-PUC-SP
até Setembro/2009

O certificado só será emitido comprovando-se a participação nos três módulos

Dicas para evitar problemas com a certificação:

1. **Destaque** e envie a lista de participantes que estiver no final de cada módulo, devidamente preenchida de **forma legível**, com **endereço completo** e assinada por cada participante (não pode ser assinada pelo coordenador ou outra pessoa).

Obs.: a **Coordenação** que participar das discussões, deverá também assinar a lista, senão não será considerada participante.

2. não serão aceitas devolutivas por fax.

3. cada módulo deverá estar acompanhado de sua respectiva lista de presença (**não pode** ser uma lista única que corresponda a todos os módulos).

4. as respostas do grupo devem ser encaminhadas para o NTC da PUC/SP, por correio ou e-mail – mesmo encaminhando por e-mail necessitamos **OBRIGATORIAMENTE** de cópia por correio, **acompanhada da respectiva lista de participação**;

5. os certificados serão enviados para a residência de cada participante, após a conclusão dos módulos e ressaltamos que só receberá o certificado o educador(a) que participar de **100%** das discussões.

A inclusão de nomes de pessoas na lista de participação para fins de certificação que não tenham participado efetivamente dos grupos de estudos, implicará na invalidação do trabalho de todo o grupo e nenhum participante do município em questão receberá o certificado.

Finalmente, cabe ressaltar a importância do **plantão telefônico**, disponível à participação de todos os educadores e coordenadores pedagógicos para:

1. esclarecimentos de dúvidas acerca do funcionamento do Programa como um todo e da Formação Continuada a Distância;

2. partilha de dificuldades surgidas na prática político-pedagógica diária;

Plantão telefônico: Segunda a Sexta-feira - das 9h às 18h

Fone: (0xx11) 3862-5891

Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP

R. Ministro de Godoi, 1181 – Perdizes – São Paulo - SP

CEP: 05015-001 - E.mail: **ntc@pucsp.br**

A Arte e sua Contribuição na Participação e Integração

Carla Casado¹

“A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso:
para que eu não deixe de caminhar.”

Fernando Birri, cineasta

No Programa Integração AABB Comunidade, contamos com um Encontro a cada dois anos. Dentre a variedade de objetivos específicos a cada Encontro, temos como ponto em comum a todos eles a avaliação coletiva das ações educativas que estão sendo desenvolvidas no Programa, destacando seus desafios e perspectivas. Especificamente no VI Encontro, em 2008, realizamos uma pesquisa sobre a caracterização socioeconômica, cultural e metodológica das/os coordenadores do Programa. Nesta pesquisa, um dos aspectos que se torna imprescindível destacar e com o qual vamos refletir, dar atenção e construir possíveis ações, é em relação à Integração do Programa/Escola/Família e Comunidade.

Dentre os principais desafios apontados na pesquisa, estão: a falta de participação da família e comunidade; a relação com a escola e a falta de compreensão desta em relação aos objetivos do Programa; a transformação da realidade dos(as) educandos(as) e de suas famílias e a Integração com a escola, a família e a comunidade.

O fato de continuarmos com estes desafios, não significa que não avançamos. Nesta pesquisa, foi ressaltada a melhoria da relação com a família, com a escola e no reconhecimento da comunidade sobre a importância do Programa.

O processo educacional é permeado de desafios, principalmente no que diz respeito a relações humanas, pois são nelas que se dão o ensino e a aprendizagem. Temos como objetivo geral do Programa contribuir para a inclusão, não repetência e permanência na escola, de crianças e adolescentes pertencentes a



Encontros
Pedagógicos

principais
desafios

¹ Cantora, compositora e arte/educadora do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP

dessa realidade, aponta a educação como “elemento-chave” para superar os desafios de promover uma sociedade economicamente mais igualitária e como fator de inclusão social. Cita os estudos de José Luis Coraggio (2000) que discutem a relação entre a educação e o desenvolvimento humano e sobre os conhecimentos e habilidades adquiridos, defende que devem ser úteis para melhorar a condição de vida dos(as) educandos(as), de suas famílias e da comunidade como um todo.

Em relação à sua pesquisa, sobre para que serve a arte nas ONGs, a autora evidencia que é vista por toda equipe (dirigentes, educadores, educandos) como um veículo para o alcance de variados propósitos. Entre eles, o mais citado é o fortalecimento da autoestima. Além deste, temos: desenvolver a capacidade cognitiva; socializar o acesso dos bens culturais produzidos; desenvolver habilidades e competências em determinadas modalidades artísticas; favorecer a obtenção de atitudes e comportamentos socialmente aceitos; possibilitar a inserção no mercado de trabalho; proporcionar prazer e favorecer a efetivação dos direitos de todas as crianças e adolescentes. (p.77)

Uma atenção necessária é em relação a favorecer a obtenção de atitudes e comportamentos socialmente aceitos, já que nem todo comportamento socialmente aceito vai ao encontro da melhoria das relações e da construção de uma cultura de respeito à diversidade.

É interessante a menção dos adolescentes sobre a influência da arte na elevação da autoestima, algumas delas:

“A arte nos ajuda a mostrar que apesar de sermos jovens temos capacidade para fazer coisas, que podemos buscar nossos ideais.”

“Ajuda a gente a acreditar na gente mesmo.”

“Temos melhorado até na escola, lá, nós também temos aula de arte, e aí a gente sabe mais do que os outros e a gente se acha muito importante por isso.”

“Meus pais têm muito orgulho [...]. Na escola a gente tem mais cartaz.”

“Há uma mudança no interior, a gente entra em contato com o novo e esse novo é positivo e nos dá outra perspectiva de vida.” (p.74)

Segundo a autora, as atividades artísticas, quando significativas, ajudam os educandos a se expressarem artisticamente e verbalmente, a desenvolverem o pensamento analítico e podem concorrer para o fortalecimento da identidade social e de grupo.

Ao refletirmos sobre aspectos dessa pesquisa, nos percebemos parte de um movimento de valorização da arte como conhecimento e como metodologia educacional. Tenho certeza que são inúmeras as realizações nas AABBs, e também estamos adquirindo conhecimentos nessa metodologia utilizada que servirão para o enfrentamento dos desafios apresentados ao Programa e também na construção de melhorias e fortalecimento da proposta educacional na qual atuamos.

Dentre as atividades realizadas, tomamos conhecimento de inúmeras realizações por meio do jornal

famílias de baixa renda, disponibilizando a infraestrutura das AABB e integrando escola, família e comunidade. Para atingir esse objetivo, escolhemos uma metodologia que considera a história de vida, o conhecimento de cada um, a ampliação de conhecimento com o grupo e que instigue a intervenção na consciência da possibilidade de mudanças. Nesse sentido, estamos nesse percurso construindo essa metodologia que vem se firmando nas vivências compartilhadas e nas reflexões em formações presenciais e à distância. Essa firmeza é em relação à escolha da arte como fundamental e condizente com os princípios de uma concepção de educação dialogada com a busca de um mundo solidário, fraterno e justo.

Essa escolha felizmente não é só do Programa Integração AABB Comunidade. Lívia Marques Carvalho, em sua pesquisa sistematizada no livro *O Ensino de Artes em ONGs*, com respaldo em um levantamento realizado por Mary Castro e outros pesquisadores (2001) da Unesco que organizaram um banco de dados englobando mais de 300 experiências brasileiras, nos revela que praticamente todas as ONGs voltadas para a promoção dos direitos dos setores populares utilizam atividades artísticas em suas diretrizes educacionais.

A autora destaca que:

“Na maioria dessas instituições, a arte não é tomada apenas como um meio de educação, mas como a educação em si mesma. Por meio da educação estética, pretende-se propiciar o desenvolvimento integral (afetivo, cognitivo, intelectual e espiritual) dos educandos, proporcionar o aprendizado técnico e teórico, com vistas, inclusive, a uma possível profissionalização daqueles que assim o desejarem, além de fortalecer subsídios que permitem democratizar o acesso à arte e aos bens culturais.

A arte tem sido vista, também, como uma questão de direito.” (p.28)

Para compreender como e por que a educação artística pode contribuir para a integração de crianças e jovens no corpo social, realizou uma pesquisa e uma análise das experiências de três ONGs situadas no Nordeste brasileiro, sendo que em uma delas a autora trabalha desde 1998 e as outras duas foram selecionadas a partir do critério, comum a todas, de terem atividades artísticas em suas diretrizes, atuação de no mínimo 10 anos e parceria com as universidades locais.

Ainda a autora nos alerta para os dados da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), nos quais em 2004 havia 27 milhões de crianças vivendo abaixo da linha da pobreza no Brasil, que fazem parte de famílias cuja renda mensal é de até meio salário mínimo (Relatório da Unicef, 2004). Diante

respeito à diversidade

influência da arte

valorização da arte

sistemas em que cada um deles influi e é influenciado pelos demais, constituindo esse intercâmbio um evento característico. (Cabral, 1998, p. 220)”(p.20)

Em relação a este intercâmbio, sobre a participação da família na escola, Maria Lúcia nos alerta que a subordinação da família aos interesses da escola seria sobrepor a importância da organização escolar aos interesses, necessidades e desejos de grupos sociais, de maneira autoritária. Uma vez que a escola tem sido propalada como um meio de estabelecimento de equidade ou igualdade social, ela se inscreve como uma possibilidade de superação da realidade, e não de sua reprodução impositiva.

Relacionando sua reflexão com o espaço educacional do Programa Integração AABB Comunidade, torna-se necessária a pergunta de qual o interesse da família em participar do Programa, retomando a pesquisa feita no VI Encontro com os(as) coordenadores(as). Em relação às ações desenvolvidas com a família, apareceram atividades como: datas comemorativas, reuniões, palestras, práticas educativas e culturais, confraternizações e oficinas. As citações não falam por si sobre a relação das atividades com os interesses da família, mas é imprescindível a observação de como tem sido realizada essa participação.

Não posso deixar de citar uma resposta, não sendo geral, mas para aprendermos com ela, de que “a família vem sempre que precisamos”. Essa é uma visão que pode remeter a uma relação unilateral, de a família servir à AABB, de estar presente em somente temas escolhidos pela equipe de educadores(as) do Programa, somente do que supõe ser interessante e do convencimento do que é importante ao outro.

Ainda com a contribuição de Maria Lúcia, a autora nos diz que, se a palavra participação tem origem latina e está contida no significado: ter parte na ação, ela prevê o movimento, a energia da ação que resulta em algo, o que deve presumir intencionalidade.

Segundo ainda a autora, presumindo ação e intencionalidade, é preciso saber sobre o como, o porquê e o para que participar.

Qual será a intencionalidade da família em participar? Será que se sente obrigada? Os horários não possibilitam sua participação? Não vê sentido em participar, pressupondo as experiências já obtidas com a Escola? Quais são os seus motivos, ou melhor, a sua motivação?

Essas perguntas serão respondidas a quem são direcionadas, de quem gostaríamos de saber, portanto, pela família. São nessas respostas que está o caminho metodológico, não vamos esquecer de que é uma construção, sem a expressão da família não tem participação, não tem ampliação de visão em relação à importância e motivação em participar.

Nesse aspecto, a arte contribui muito, pois sua característica é ser participativa, já que, como vimos em artigos anteriores, conta com a interpretação de quem interage com ela e possibilita essa expressão de várias maneiras, não só a verbal, na qual incorremos no perigo de deixar o outro falar por nós. É importante que todos expressem opiniões e, quanto mais possibilidades de maneiras, mais respeitamos as diferenças e as diferentes maneiras de dizer.

Uma das questões discutidas no Programa era a cobrança da família em relação a um

do educador do Programa Integração AABB Comunidade, que constantemente nos traz a metodologia a partir da prática de algumas localidades.

Recentemente, vivenciamos um concurso de histórias em quadrinhos, que teve como objetivo incentivar a participação infanto-juvenil para contribuir com a preservação dos recursos hídricos e em sua produção, nos deixa evidente a importância da arte como expressão do conhecimento, do processo educacional vivido no Programa, da visão que o educando tem de sua família, a própria relação familiar e sua crença na mudança, na colaboração da comunidade para melhorar o mundo. Ao lermos as histórias, percebemos a preocupação de alguns educandos(as) em socializar o conhecimento construído na AABB com a família e sua intervenção na mesma, como alertar para o não desperdício de água em seu cotidiano. Também a preocupação em intervir na comunidade para que ela ajude na melhoria das condições de vida, além das histórias que trazem uma análise socioeconômica e política, complexa e simplificada, direta e sensível na leitura crítica e “inocente” de crianças e adolescentes. Aprendemos muito com os educandos(as), que na inocência fortalecedora de desenhos em quadrinhos, nos dão a certeza de que a arte é fundamental para uma participação sensível, crítica, imaginativa e interventiva de um mundo novo.

É, companheiros (as) de estrada, temos avançado bastante e queremos mais, pois assumimos nossos desafios e dificuldades e não paramos em alguns êxitos e também não paramos em algumas dificuldades. Esse é o compromisso que nos faz ter autocrítica, valorização do nosso trabalho, visão do que podemos melhorar.

As nossas ações educacionais e o que elas proporcionam são a nossa lanterna para escolhermos o caminho para o enfrentamento dos nossos desafios, sabemos então que a arte, não só no Programa Integração AABB Comunidade, como em praticamente todas as ONGs, tem tido papel fundamental nas conquistas da transformação pessoal e coletiva.

E, com esse reconhecimento, voltamos ao nosso desafio na participação de todos os envolvidos no Programa, na tão sonhada Integração que está no nome, na identidade do Programa.

Estamos sempre nos remetendo à participação e sobre ela, nos contribui Maria Lúcia Salgado Cordeiro dos Santos em sua dissertação de mestrado, que em sua pesquisa destacou alguns conceitos sobre participação, vamos a um deles na área da psicologia:

“O dicionário diz: *participação: interação dinâmica de dois ou mais*

O Programa
e a Família

Participação
da
Família

arte
participativa

na comunidade, que podem ensinar e contribuir com o conhecimento artístico, bem como de outras áreas.

Em relação à escola, a pesquisa feita no VI Encontro com os participantes nos mostra ações como: festas, datas comemorativas, reuniões, gincanas, eventos, mostra de oficinas e visitas. Percebemos ações em comum feitas tanto com as famílias como para a escola.

Na apresentação do livro de Livia Marques, contamos com a contribuição de Ana Mae Barbosa, que diz:

“Sem a experiência do prazer da arte, por parte dos professores (mediadores), alunos, pesquisadores, nenhuma teoria arte/educação será reconstrutora. [...]”

“A Arte na Educação, como expressão pessoal e como cultura, é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual.” (p.8)

Nesta sua contribuição, percebemos que, se quisermos propagar a importância e os benefícios da arte, temos que fazê-la cotidianamente. Precisamos propiciar vivências que já digam o seu valor.

Nos encontros com a escola, é necessário partir de atividades artísticas que consigam colocar as perguntas na roda de educadores, com sensibilidade, com o que motiva o ser educador(a). Precisamos refletir sobre as motivações, sobre os avanços e as dificuldades nessa parceria.

Como dissemos acima, temos avançado, mas por que não experimentar outras maneiras, como uma exposição dos(as) educadores(as) da escola e dos(as) educadores(as) do Programa Integração AABB Comunidade, reflexo de uma atividade conjunta. Ou, quem sabe, montar um grupo de estudos conjunto, no qual os profissionais se ajudam mutuamente. Utopia? Vamos nos fortalecer com Paulo Freire:

“Enquanto presença na História e no mundo, esperançosamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança, na perspectiva de uma Pedagogia crítica. E esta não é uma luta vã.” (Freire, Paulo. Pedagogia da Indignação. São Paulo: Unesp, 2000, p.53)

O desafio de integração, sem me prender a conceitos, parece-me estar na cumplicidade entre os grupos, nas ações integradas e respeitadas em relação às possíveis diferenças. A integração requer inclusão em um movimento pelas necessidades humanas, pelo autoconhecimento em relação a essas necessidades.

Essa integração vem acontecendo, com ações não só dos(as) educadores(as), mas também dos(as) educandos(as) que ao realizar sua arte, como aconteceu em algumas histórias em quadrinhos, fazem uma intervenção na família e na própria comunidade. Precisamos ampliar essas ações e esse caminho, como está sendo trilhado, e as experiências precisam ser sistematizadas. Sabemos que a História não está acabada e a inovação está em nosso cotidiano, ou podemos nele tentar buscá-la.

aprendizado igual à escola. A melhor maneira de perceber o aprendizado é vivenciarmos o mesmo, pois muitas famílias não tiveram e continuam não tendo acesso a manifestações artísticas, quanto mais ao fazer artístico. Mas isso requer uma pesquisa, pois muitos(as) educandos(as) têm artistas na composição familiar, com uma arte às vezes nem nomeada como tal, por estar no cotidiano, nos encontros, nos quintais. Temos dançarinos(as), repentistas, escritores de cordéis, figurinistas, cantores(as), entre outros. Precisamos conhecer quem traz esse conhecimento. Não podemos esquecer de que não só nós educadores(as) podemos contribuir com a família, mas perguntar como essa família gostaria de contribuir, qual conhecimento que poderia socializar, quais assuntos gostaria de discutir.

Nessa família também, assim como em todos os grupos sociais, vai haver divergências de interesses. Mas a reflexão com a família, sobre os interesses educacionais do Programa e como eles dialogam com os interesses da família, torna-se fundamental para uma participação ativa e crítica.

Em relação à comunidade, na pesquisa com os coordenadores(as) do Programa Integração AABB Comunidade no VI Encontro, foram destacadas atividades realizadas como: eventos, palestras, campanhas e apresentações artísticas construídas no Programa em locais públicos.

As apresentações artísticas para a comunidade contribuem com o acesso à arte e também na compreensão do que é feito no Programa. É importante destacar a importância do cuidado com a qualidade da apresentação, pois a apresentação também é um aprendizado e, também em artigos anteriores, refletimos sobre a arte ser o processo e o produto. Portanto, ter uma apresentação de qualidade é respeitar a arte como conhecimento, é elevar a autoestima, como nos mostra a pesquisa de Lívia Marques, citada anteriormente. Fica difícil compreender o que é a importância e o papel da arte se na apresentação isso não foi comunicado, portanto, a estética, a consciência e a preparação com o que se comunica em arte têm que ser valorizadas.

A comunidade vai perceber a importância da arte quando for sensibilizada por ela. Por isso fazer sem qualidade, só para prestar contas, não é o que buscamos. A arte instiga participação, criticidade, mudança, flexibilidade e sensibilidade. Essas são características da construção de uma transformação individual e coletiva. Se não for feita com responsabilidade, acaba caindo na banalização e no fortalecimento do preconceito de que se trata de um passatempo, de que não existe um aprendizado no contato com ela.

Mas assim como a família, a comunidade tem um conhecimento para dialogar com o Programa. Várias manifestações artísticas acontecem

encontros
com a
escola

O desafio
da
integração

ampliar
ações

Propiciar
vivência

do Programa e a necessária integração de todos nesse propósito de garantir esse direito e os demais com uma ação educativa permeada por arte que, com a contribuição de Livia Marques, desenvolve a percepção, imaginação, aprendizagem sobre a realidade, capacidade crítica e criatividade para mudar a realidade analisada.

Também, segundo Livia Marques, levar em conta as especificidades de cada situação educativa e ter a preocupação em prover conteúdos teóricos das linguagens artísticas, quanto aperfeiçoar as habilidades específicas de cada área artística.

É importante ressaltar que a atividade artística pode ser ampliada a todos os envolvidos no Programa, como ainda contribui a autora, interfere positivamente na autoimagem e autoestima e estimula a busca do desenvolvimento como pessoa e como cidadão ou cidadã.

Em relação à participação da família, da escola e da comunidade, acredito ser relevante envolvê-los nessa construção, pois fica difícil uma participação na qual os temas e as festas comemorativas já estão prontas. O Programa Integração AABB Comunidade necessita de todos agindo, refletindo, propondo e realizando os eventos. É muito bom ser convidado(a) para uma festa, mas é também compensador perceber que você foi necessário para o acontecer da festa. Podem ser organizados eventos conjuntos, nos quais todos são responsáveis, como por exemplo, em organizar danças coletivas, um familiar apresentar seu poema, a escola expor uma atividade feita na escola, pensando sempre em contribuir para o espaço da expressão, da construção, portanto, da participação.

Pelas inúmeras atividades desenvolvidas nas diversas localidades que funcionam o Programa, com um grupo que irá aceitar o desafio da Integração Programa/Escola/Família e Comunidade, ideias não faltarão. Precisamos é não esquecer de registrar para poder contribuir na sistematização dessa metodologia, construída por várias mãos...

Bibliografia

CARVALHO, Livia Marques. O ensino de artes em ONGs. São Paulo: Cortez, 2008.

CABRAL, Álvaro & NICK, Eva. Dicionário Técnico de Psicologia. São Paulo, Cultrix, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação. São Paulo: Unesp, 2000.

SANTOS, Maria Lucia Salgado Cordeiro dos. O conceito de participação da família no cenário político educacional em São Paulo, na década de 90 e o olhar de pais atores dos movimentos po-

Alguns pontos importantes já refletimos em artigos anteriores, que somam-se a esta reflexão em relação ao desafio de integração. São eles:

Propiciar a vivência do fazer artístico com a família, para que ela expresse suas opiniões, perceba a sua importância, exercite a criação e tenha um espaço não só como espectadora, mas protagonista em arte também.

Partir dos interesses dos grupos, realizar a troca para a integração, construção e responsabilidade de todos no sucesso do Programa.

Valorizar a arte e interpretar com quem a faz a sua intencionalidade, a arte traz questões que, às vezes, passam despercebidas, se não dermos a ela o seu devido valor.

Pesquisar sobre as linguagens artísticas, não é porque não sou da área que não posso possibilitar um cotidiano artístico-cultural, incentivando e propiciando esse universo de criação.

Buscar parcerias na comunidade, existem muitos artistas que podem contribuir na melhoria das atividades artísticas no Programa, além de familiares também.

A apresentação também é uma aprendizagem, portanto ela tem que ser de qualidade, para conseguir comunicar, sensibilizar e valorizar a linguagem artística.

Refletir com todos, a partir da vivência, do acesso à arte, a metodologia

Questões para reflexão em grupo:



Partindo da arte como propiciadora de integração:

1-Quais são os desafios em sua localidade em relação à participação da Família, da Escola e da Comunidade, pensando na especificidade de cada grupo social?

2-Qual a próxima ação educativa a ser realizada com o objetivo da participação e integração Programa/Escola/Família/Comunidade?

EDUCOMUNICAÇÃO - Mídia para Crianças e Adolescentes:
mídia de todos e mídia para todos

Edney Mota Almeida ²

Onde está a vida que perdemos vivendo?
Onde está a sabedoria que perdemos com o conhecimento?
Onde está o conhecimento que perdemos com a informação?

T. S. Eliot

Educação e Comunicação caminham juntas de mãos dadas e se constituem em fatores indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento humano e da sociedade em todos os tempos e lugares, por isso é extremamente oportuno o momento de se articular e valorizar a comunicação das famílias, e suas exigências, com a extensão do Programa e da escola.

É importante se perceber as possibilidades apresentadas pelo Programa Integração AABB Comunidade. A Educomunicação é mais uma delas. São possibilidades reais e viáveis para conhecer, aprimorar, ampliar teoria e prática pedagógicas, sobretudo, no campo da Pedagogia Social, ponto forte e de investimento alto por parte de todos que compõe o Programa: gestores, educadores, educandos, parceiros. E a Educomunicação permite e favorece o diálogo entre todos esses atores sociais.

Aqui, se lembra Paulo Freire que dizia “*a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. A comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente*”.

¹Título inspirado no Movimento, de mesmo nome, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 2008.

²Jornalista, pesquisador, educador social do NTC (Núcleo de Trabalhos Comunitários) da PUCSP, mestrando em Ciências Sociais pela PUCSP, foi criador do “Oficina de Rádio” do Colégio Radial e idealizador do tablóide comunitário “Jornal do Capão” na periferia da Zona



Educação e Comunicação

diálogo

criou a manifestação artística, presente nos desenhos que retratavam nas paredes das cavernas seus feitos, os animais e outros sinais de vida exterior. Começou a usar a expressão corporal, exibida nas danças que, acreditavam, cultuavam os deuses, espantavam inimigos e maus espíritos e revelavam seus momentos de tristeza, insegurança ou alegria. E descobriu a linguagem oral, a fala, inspirada nos grunhidos dos animais e transformada na mais fácil e corriqueira forma de expressar seus sentimentos e necessidades (Mattiussi (2004:36).

Paulo Mattiussi (2004:36) também recorda que na Grécia de Heródoto, os homens que melhor se expressavam através da fala eram escolhidos como arautos. “Os arautos foram os primeiros locutores da nossa história. Eles eram os responsáveis por comunicar aos habitantes de cada cidade os fatos relevantes de cada dia. Notícias que recebiam por intermédio dos viajantes e soldados”.

Aprender e se comunicar, portanto, são capacidades e potencialidades inerentes ao ser humano, desde o início de sua existência. Neide Cupertino de Castro Smolka, ex-diretora da faculdade Mackenzie, professora de filosofia - o estudo do conhecimento - especialista em filologia - o estudo da linguagem - autora da tese Heródoto: histórico, livro 1, introdução e tradução, mostra em suas pesquisas que:

As primeiras palavras do vocabulário da humanidade designavam os alimentos que eles trocavam entre si e a importância que cada um deles representava no seu dia a dia. Ou seja: o homem descobriu a palavra e, junto com ela, desenvolveu os princípios da troca, da economia, do comércio, do mercantilismo, que norteiam sua sobrevivência até os dias de hoje. (Smolka: in Mattiussi, 2004:36)

Essa breve historicidade serve para se ter uma idéia do tamanho das mudanças, transformações, avanços, impactos, ocorridos no campo do conhecimento e das comunicações no decorrer da história. Para Ciro Marcondes Filho (1988:102), assim como as descobertas da Segunda Revolução Industrial tiveram notáveis repercussões na forma de relacionamento do ser humano com o mundo, na consciência, no agir social, na capacidade humana de reproduzir sua vida e seu ambiente - sobrepondo à antiga experiência social, uma visão de mundo absolutamente nova, revolucionária, acompanhada de outros valores, outra percepção do universo, outro comportamento -, da mesma maneira devemos reconhecer que a era eletrônica é a quebra de uma tradição, de formas culturais e de hábitos que tiveram seu ponto culminante na televisão do pós-guerra.

Marcondes Filho investiga os impactos das novas comunicações no processo de educação e no desenvolvimento da sociedade.

A nova era da comunicação está instituindo um novo mundo, ou melhor, uma relação totalmente diferente do homem com seu meio e com suas ideias. Além de alterar o ambiente, o trabalho, as relações sociais e pessoais, ela introduz uma nova lógica, uma nova estruturação do

³ Slavoj Zizek - Filósofo, Psicanalista e Crítico Cultural, em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura em

Freire (1977:69-70) chama atenção para a importância do diálogo, da participação e da construção do conhecimento se dando em coparticipação, ou seja, educador e educando dialogando sobre o significado dos problemas e a significação dos mesmos. Traduzindo, a preocupação em entender o significado do problema, de uma coisa (a representação do que é), e a sua significação (o que os problemas, as coisas, querem dizer). Para ele, esses são pressupostos básicos para uma verdadeira comunicação, que é também permeada de criticidade.

Um dos sonhos de Paulo Freire era o de a família participar cada vez mais da escola. O mestre dizia que quanto mais a família participasse da escola, melhor ela se tornaria e a democracia se realizaria na prática. No entanto, a família participar da escola ainda parece ser uma realidade distante, salvo alguns exemplos raros pelo Brasil. Diante desse desafio, o Programa Integração AABB Comunidade tem dado a sua contribuição efetiva e feito esforços para transformar esse processo cultural.

Diante da compreensão por parte de educadores principalmente e educandos das realidades sociais precárias que são impostas à maioria das populações, cabe a todos os protagonistas (Quem são esses protagonistas que sempre enfatizamos em nossa concepção de educação e em nossos cursos?), envolvidos com os problemas, tentar entender esses problemas. Muitas vezes mudar a maneira de se ver os problemas. Refazer e corrigir as perguntas, traduzir para os educandos e chegar a alguma conclusão, que seja: combater a intolerância; o sexismo; o preconceito; o racismo; as injustiças sociais. Ou como diria Zizek³ “combater os Bushs”.

O conceito de Educomunicação, e a própria na prática, surge como uma estratégia interessante. Conforme Paulo Mattiussi (2004:36), fazer e mostrar, agir e contar, viver e lembrar, enfim, comunicar-se. O ser humano sempre se comportou assim, desde milhares de anos antes do nascimento de Cristo, garantem os pesquisadores. “Foi graças a essa mania de comunicação, que o homem perseguiu desde os seus tempos mais primitivos o desenvolvimento” (grifo nosso).

Já na Idade da Pedra, a primeira época de que se tem notícias do homem como animal racional, o ser humano descobriu e aprimorou técnicas de sobrevivência e defesa, como a descoberta do fogo, o uso da pele dos animais, a colheita dos vegetais e a fabricação de armas como as lanças, as facas, o arco e a flecha. Foi com essa mesma necessidade e criatividade que o ser humano desenvolveu suas primordiais formas de comunicação. O homem...

Aprender e comunicar

mudanças, transformações, avanços, impactos

novo mundo

“canções de ninar”, adormecendo a capacidade crítica do educando. O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam (Freire, 1977:54-55).

Freire (1977: 55) é crítico ao dizer que a estratégia discursiva em detrimento da dialética na educação funciona para fazer o educando dormir, como “canção de ninar”. Mais uma vez ele convoca o educador para mudar a sistemática e criar a coragem do debate e do diálogo: “o desafio é fundamental para a construção do saber”. Mais ainda, “na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação”.

O autor de *Pedagogia do Oprimido* enfatiza que rejeitar, em qualquer nível, a problematização dialógica é insistir num injustificável pessimismo em relação aos homens e à vida, mantendo o atual estado das coisas. Paulo Freire reforça o papel do educador no processo dialógico em uma frase: é uma “indeclinável responsabilidade”.

A preocupação com a programação oferecida pelos meios de comunicação, sobretudo, a tevê e o computador interligado à Internet, deve ser objeto de estudo, observação crítica, e interesse dos educadores do Programa. O pesquisador espanhol M. Alfonso Erausquín (in Marcondes Filho, 1988:102) e seus colaboradores estudaram as influências negativas da televisão nas crianças, principalmente quanto à formação de novos hábitos: “teme-se que as imagens estejam criando futuras gerações de não leitores, fazendo diminuir o interesse dos jovens pela leitura de livros, e também obstaculizando sua capacidade de expressão tanto verbal quanto escrita”.

Devidas ou não, as preocupações dos educadores testemunham uma realidade indisfarçável: a inovação tecnológica iniciada há 40 anos, mas progressivamente ampliada e acelerada a partir dos últimos 20 anos, introduziu mudanças de fato inquietantes na cultura. As gerações dos anos 70 e 80 já viveram sob a inovação linguística da TV somada à revolução mundial das comunicações e às rápidas transformações derivadas da informática e da computadorização. Na atividade de ensino esse choque é inegável. Os professores, educados em outra época -... vêem-se perplexos diante da nova realidade: a televisão instalou-se como uma desleal concorrente da atividade escolar. Isso deriva de diversos fatores (Marcondes Filho, 1988: 102-103).

Esses fatores podem ser um bom exercício de pesquisa para os educadores do Programa Integração AABB Comunidade descobrirem conjuntamente com os educandos, com as famílias, com a escola e com a comunidade local. Depois, em palestras e debates, que podem ser previamente preparados, discutir os problemas e seus possíveis encaminhamentos. E o conceito de Educomunicação pode ajudar na medida em que apresenta metodologia e estratégias criativas, diferenciadas e democráticas na produção e expressão do saber, do conhecimento.

Lembrar que hoje não somente a tevê, a internet também, funcionam como meios de trans-

pensamento, que não pode ser desprezada. Computadores, semicondutores, microprocessadores, robôs, o uso de fibras ópticas, novas tecnologias utilizadas na educação e os canais de telecomunicação, além de influírem efetivamente no mercado de trabalho, na organização da produção, na sistematização de dados, introduzem uma nova consciência adaptada e ágil para operar esse complexo informacional (Marcondes Filho, 1988:103).

O autor chama de complexo informacional o que antes era simplesmente informação. Os avanços tecnológicos atrelados às novas exigências do mercado econômico tornaram o processo de construção da informação mais complexo, refletindo inevitavelmente na educação.

Dessa revolução, da qual estamos hoje apenas no limiar, nos interessa a relação professor-aluno. É evidente que, em comparação com épocas não tão remotas, a televisão não representava potencialmente nenhuma ameaça flagrante à educação tradicional. Crianças e jovens assistiam pouco à TV, ou não a possuíam, e, pelo menos no Brasil dos anos 60, enquanto a televisão ainda não tinha desenvolvido sua linguagem específica, essa influência era modesta (Marcondes Filho, 1988:103).

O pesquisador demonstra sua preocupação em relação ao aumento da influência da televisão no processo de educação tradicional. Afinal crianças, adolescentes e famílias inteiras passavam mais tempo em frente a um aparelho de televisão do que estudando. Hoje, no entanto, a preocupação se desvia também para o computador e a Internet, outras ferramentas e instrumentos poderosos de comunicação.

Por isso, a importância e o papel fundamental a ser desempenhado pelo educador social, juntamente com os educandos, as famílias, as escolas e a comunidade. Desvelar esses códigos, conhecer melhor, compreender mais. Dialogar e debater de forma crítica com todos esses envolvidos, e problematizar as questões. O Programa Integração AABB Comunidade apresenta local apropriado para tal debate e espaço privilegiado para experimentação e exercício do diálogo e da dialética. Mais uma vez recorremos ao mestre Paulo Freire.

Nenhum pensador, como nenhum cientista, elaborou seu pensamento ou sistematizou seu saber científico sem ter sido problematizado, desafiado. Embora isso não signifique que todo homem desafiado se torne filósofo ou cientista, significa, sim, que o desafio é fundamental à construção do saber. Correr o risco da aventura dialógica, o risco da problematização, não se refugiar em estratégias discursivas, retóricas que funcionam como se fossem

indeclinável res-
ponsabilidade

mudanças
culturais

conceito de Educo-
comunicação

tradiz sua libertação. Humanismo, que vendo os homens no mundo, no tempo, “mergulhados” na realidade, só é verdadeiro enquanto se dá na ação transformadora das estruturas em que eles se encontram “coisificados”, ou quase “coisificados” (Freire, 1977:73-74)

Criar o espaço e o tempo para exercer a Educomunicação é compensador. E consiste em eliminar fatores que alimentam a exclusão, a sonegação do saber, do conhecimento e da informação. Basta assumir o papel de transformação e pensar novas formas de ação política e social. A Educomunicação pode muito bem ser uma dessas ações. Se aventurar na experiência, buscar uma comunicação mais atualizada, renovada, adequada aos novos tempos de internet e de avanços tecnológicos nas mídias. Uma Educomunicação plugada, ligada, que fala a linguagem da geração jovem. O que força a repetir a importância de se conhecer a realidade do educando, na sua mais ampla esfera.

É dever e tarefa de todos na sociedade, e papel a ser desempenhado pelo educador social do Programa Integração AABB Comunidade, proteger todas as crianças e adolescentes que participam do Programa das mídias que reforçam o preconceito, as desigualdades sociais, a vulnerabilidade, as formas de violência, colocando em risco o bem estar desses educandos e ameaçando os direitos fundamentais garantidos na lei.

Como já se disse, Educomunicação é um campo vasto e fértil. Um tesouro que pode ser lapidado, pois tudo tem a ver e pode ser relacionado com educomunicação. A arte, a cultura, o lazer, a economia, a política, a história, a filosofia, a matemática, enfim, as humanidades e as técnicas científicas.

Organizar saraus com declamação de poemas e poesias, concursos de bandas e conjuntos musicais, oficinas de leitura e de interpretação de textos, oficinas de redação, rodas vivas de adolescentes, oficinas de dança, de teatro, de obras de arte. Tudo pode ser apresentado por meio de veículos (laboratórios) criados pelos adolescentes, como o rádio, o jornal, a tevê, a imagem. Em resumo, “a educomunicação tem como meta construir a cidadania, a partir do pressuposto básico do exercício do direito de todos à expressão e à comunicação”.

Tudo pode se transformar em experiências fantásticas e que enriquecem extraordinariamente o ser humano. Poder participar da história como ator protagonista e construir em conjunto trajetórias, apontar caminhos que serão mais suaves e esperançosos. E lembrar também Octávio Paz é necessário: “Não são as técnicas, mas sim a conjugação de homens e instrumentos o que transforma uma sociedade”

Como diria o educador social mineiro Tião Rocha: “O professor ensina. O educador social aprende e ensina”. Gostar de aprender, estar aberto a novos saberes, conhecimentos e ativar todos os sentidos. Mais até que ativar, sensibilizar os sentidos para ampliar as percepções significa característica diferenciadora que distingue o educador social no processo de educação. Um exemplo real é a dificuldade por parte de alguns educadores em reconhecer, compreender,

⁴Ler em Pierre Bourdieu sobre capital Simbólico em O jornalismo e a política no livro Sobre a Televisão, p. 138.

missão de informações, e concorrem com a aula. Conforme Marcondes Filho, nesse embate com a aula, a tevê “vence-a por vários fatores (grifo nosso): é mais ágil, mais imaginativa, é mais colorida e barulhenta, é veiculadora do novo, do que está em moda, libera as pessoas da submissão à presença física do educador, permite liberdade de escolha supostamente maior, aparenta dar mais informação, preenche o imaginário com signos de cultura, dá espaço ao individualismo, ao isolamento, ao “não me amole”, coloca a superficialidade e amenidades no lugar da reflexão e da autocrítica”.

O mesmo vale para o computador e a internet, na medida em que estes vão além com o recurso da interatividade. A internet permite o diálogo, a conversa e o bate-papo ao vivo. Por isso, e muito mais, também fascina e prende milhões de pessoas à sua frente, entre elas crianças e adolescentes.

O educador social do Programa Integração AABB Comunidade pode identificar, apontar, e mostrar o quanto a tevê e as mídias em geral concedem pouco espaço ao pensamento crítico. E pode lutar, combater, para que esse monumental instrumento democrático - o pensamento crítico, e a comunicação - não se convertam em instrumentos de opressão simbólicos⁴. Discutir, entender o porquê de as TVs perderem dias, meses, tempo exagerado, exibindo programas e matérias sensacionalistas em vez de debater os reais problemas da maioria da população. Por que exibir a vida particular e fútil de pseudoartista à exaustão? Por que exibir imagens e programas que pouco, ou nada, ajudam no crescimento e desenvolvimento do povo?

Ora, o tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas (Bourdieu, 1997:23).

Refletir sobre essas questões, ajudar o educando a ampliar a visão crítica do mundo. Criar um espaço democrático e humanístico para crianças e adolescentes na mídia é a possibilidade trazida pela Educomunicação e que pode ser planejada participativamente, bem como deliberadamente, para se constituir em magia. Como já foi escrito no módulo anterior, pode-se criar o tempo e o momento do saber, do conhecimento, da informação, por meio de laboratórios de rádio, de redação de jornal e revista, de imagem, fotografia e vídeo.

O humanismo se impõe ao trabalho do educador comunicador (grifo nosso). Um humanismo que, pretendendo verdadeiramente a humanização dos homens, rejeita toda forma de manipulação, na medida em que esta con-

proteger as crianças e adolescentes

direito de todos à expressão e à comunicação”

manifestação cultural

valorizar o Hip Hop como forma de expressão e manifestação cultural. Seus elementos (grafite, MC, DJ, break) são formas de aproximação dos jovens, de identificar seu universo, seu repertório de pensamentos, sentimentos, de vida, e de visão de mundo.

Pois bem, para finalizar, conforme prometido no módulo anterior a este, segue mais um conselho valioso do mestre Mário Kaplún para quem se aventurar a trabalhar com educomunicação e comunicação popular. É continuação dos conselhos já reproduzidos nesse espaço.

“Um quinto conselho para os panfletários do mundo e para quem confundiu o falar da vida cotidiana com a embromação de ficar repetindo o que as pessoas já sabem”:

Faz poucos anos, tive a oportunidade de escutar pelo rádio um informativo popular dirigido para periferia. Fiz as contas: 80% das notícias transmitidas eram denúncias sobre a acumulação de lixo. Não pude fazer outra coisa que me colocar no lugar dessa gente dos bairros populares as quais esse programa pretendia chegar e servir. Pensei nesses vizinhos que vêem o lixo desde que se levantam até quando vão dormir, que vivem com o cheiro do lixo. E quando ligam o rádio, este fala outra vez de lixo! O que sucede nestes casos é que o emissor não tem claro quem é seu destinatário. Esta insistência na denúncia talvez pudesse ter algum sentido se estivéssemos nos dirigindo acusadoramente aos responsáveis dos maus serviços públicos, isto é, às autoridades. Mas, qual é o valor informativo de ficar repetindo permanentemente para a comunidade que não tem água, que não tem luz, que não tem asfalto? Ela já sabe isso de sobra! Com isso, talvez não façamos mais que reforçar seu sentimento de desesperança, de impotência: “estamos ferrados”. O que a comunidade precisa é que a ajudemos a compreender com clareza as causas do problema: por que não há serviços para ela. E, sobretudo, que a ajudemos a encontrar alternativas, saídas de solução.

EL COMUNICADOR POPULAR, Ciespal, Quito 1985, pág. 117.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão: seguido de A influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARCONDES Filho, Ciro. Televisão: a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988.

MATTIUSI, Paulo. Osmar Santos: o milagre da vida. São Paulo: Sapienza, 2004.

Site

Questões para reflexão em grupo

1- Com base na leitura do texto, reúna seus educandos e em uma discussão, debate crítico dialogado, responda juntamente com eles, quais fatores tornam a televisão (programa, filme, desenho) e a internet (bate-papo, Orkut) mais interessante que uma aula ou um encontro no Programa Integração AABB Comunidade?

2- O que e como o educador social do programa Integração AABB Comunidade deve fazer para realizar a experiência da Educomunicação, criando oficinas de rádio, laboratórios de vídeo, fotografia e imagem, laboratórios de redação, de jornal e revista no espaço da AABB?



“É preciso saber sobre as drogas, especialmente sobre seus riscos. Drogas podem causar danos à saúde, além de diminuir a percepção de perigos. Por alterar o nível de consciência, o uso de drogas pode levar a práticas arriscadas, como sexo sem preservativo ou compartilhamento de seringas e outros materiais que podem transmitir doenças, como o HIV/AIDS e a hepatite” (site do UNODC).

O SISNAD tem quatro grandes objetivos, que vão ao encontro aos princípios da UNODC:

- Contribuir com a inclusão social do cidadão, capacitando-o para evitar riscos para o uso indevido de drogas;
- Promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas;
- Articular as políticas de prevenção, reinserção social e repressão nos vários níveis de gerenciamento administrativo;
- Integrar, coordenar e estimular as ações citadas.

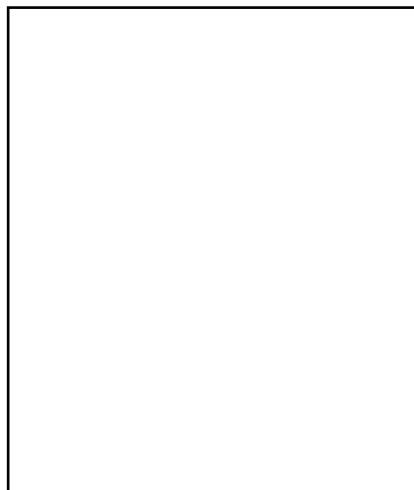
Nesse sentido, o Programa Integração AABB Comunidade pode contribuir para a implantação e efetivação do SISNAD, promovendo ações que possibilitem a aquisição de informações, reflexões e orientação sobre o uso e abuso das drogas para as crianças, adolescentes, familiares, associados do Clube AABB e equipe pedagógica.

É importante destacar que essas intervenções, devem ocorrer também de maneira descentralizada ao Clube AABB, como nas casas das famílias dos educandos, em suas escolas ou em entidade parceira na comunidade onde residem, visando atingir o maior número de participantes e principalmente, aquele usuário que já desistiu de ir à escola regular ou foi expulso de projetos sociais, ou aquele pai ou mãe que já aceita que tem problemas com seu uso de drogas, mas rejeita iniciar um tratamento ou reduzir riscos diante do padrão do seu consumo.

A Lei Seca é um excelente exemplo das políticas públicas de Redução de Danos. Não proíbe o consumo de bebidas alcoólicas, mas restringe o hábito de dirigir embriagado, diminuindo os riscos de acidentes no trânsito para quem consome e para a sociedade em geral.

O Observatório Brasileiro de Informações sobre as Drogas - OBID propõe três níveis de intervenções voltadas para a prevenção, a partir de três tipos

[†] Psicóloga, Coordenadora de Projetos Sociais de Qualidade de Vida, Sexualidade e Dependência Química pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP e Mestre em Gerontologia pela



Diretrizes nacionais do atendimento a infância e adolescência.

SISNAD

Contribuições das Diretrizes Nacionais de Prevenção ao Uso de Drogas ao Programa Integração AABB Comunidade

*Juliana Santos Graciani*¹

A conjuntura social, econômica, política e cultural interfere nas intervenções que são planejadas, fazendo com que o coordenador e sua equipe pedagógica estejam afinados com os desafios e avanços das diretrizes nacionais do atendimento a infância e adolescência.

A seguir aponto algumas legislações que foram abordadas no VI Encontro de Educadores (2008) e que possibilitam que o projeto político pedagógico do Programa Integração AABB esteja atualizado com as transformações da sociedade brasileira: Sistema Único de Saúde - SUS, Sistema Único da Assistência Social - SUAS, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - INASE, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, Lei de Incentivo a Cultura - LIC e Lei Rouanet (incentivo fiscal a partir do patrocínio e doações), a fim de que os educadores sociais estejam atualizados com as políticas contemporâneas definidas para todo o Brasil.

Sugiro que nas reuniões pedagógicas para estudo e reflexão sejam revistas e aprofundadas essas legislações, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente e as principais resoluções do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - CONANDA sobre a postura do educador, atribuições do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - CMDCA e a regulamentação do Fundo Estadual para os Direitos das Crianças e dos Adolescentes - FECA, e preparados inclusive para participação nas Conferências Lúdicas e Municipais que ocorrerão em 2009.

Uma outra legislação a ser compreendida e apreendida por todos os envolvidos no Programa Integração AABB Comunidade é o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, Lei 11.343/2006, destinada a regular as estratégias de prevenção ao uso indevido de drogas, o tratamento e a reinserção social de usuários e dependentes, além de estabelecer normas de repressão à produção não autorizada, aos crimes e ao tráfico ilícito de drogas.

Existem dois aspectos centrais a ser destacados no SISNAD, o maior rigor nas penas para os envolvidos com o tráfico (anteriormente a pena mínima era de três anos, hoje é de cinco a quinze anos) e a aplicação de penas alternativas (Prestação de Serviço à Comunidade ou Medidas Educativas, como o comparecimento a cursos e programas de tratamento) aos usuários, compreendendo o uso de dependência química como uma doença, portanto um problema de saúde pública e não caso de polícia ou repressão.

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC, que tem como metas contribuir para o desenvolvimento socioeconômico os países ao promover justiça, segurança, saúde e direitos humanos, a melhor maneira de se prevenir sobre as drogas é ter informações e estar capacitado para as atividades formativas de orientação:

que estimula o sistema nervoso central, causa dependência física, quando usado em demasia, o usuário sente dor de cabeça e mal-estar. Em relação às formas de tratamento poderão ser feitas visitas em locais que atendam os dependentes químicos, como hospitais, fazendas, psiquiatrias, centros-dias de acolhimento ou presídios e uma sensibilização com palestras de depoimentos de usuários em tratamentos. É importante conhecer os serviços municipais, disponíveis no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas - CAPS AD e estaduais como o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - Cratod e os disponíveis na comunidade como Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos para os usuários e para os familiares Al-Anon e Nar-Anon³.

- Valorizar o “não-uso” das drogas, já que o ECA preconiza no artigo nº 81 que é proibido o uso de drogas para crianças e adolescentes. Buscar nas ações preventivas promover o “retardamento do uso” e a “redução de riscos” quando já se estabeleceu o uso, como indicadores dos objetivos a serem alcançados. Atividades: Prevenção para o “não-uso”: desenvolver um projeto de vida onde o prazer esteja relacionado com a autoestima, autovalorização, ou conviver com quem não use drogas. Atividades: Gincanas esportivas, passeios turísticos ou culturais para os educandos ou encontros com pais, com palestras e espaço lúdico. Prevenção para o “retardar o uso”: valorizar as leis, promover festas sem uso de substâncias químicas, pesquisar sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e o uso de drogas ou sobre o número de leitos no hospital geral que são utilizados pelos dependentes químicos e o impacto disso na saúde pública, socializar as informações na Agência do Banco nos Conselhos Antidrogas ou em reunião com a coordenação das escolas envolvidas no Programa Integração AABB Comunidade. Prevenção para “redução de riscos”: utilizar técnicas de confronto ao uso (faltas, atrasos ou ter responsabilidades), aconselhamento (emagrecimento, falta de cuidados pessoais ou perdas materiais), conhecer o programa de plano para evitar a recaída disponível no livro “Viver Sóbrio” de Alcoólicos Anônimos e promover ações que ocupem o tempo do usuário, como o trabalho, cursos profissionalizantes, monitorias e Núcleo Socioeducativos - NSE.

O Educador Social que optar trabalhar com essa demanda preventiva deve ter habilidades para compreender o caráter contraditório do uso de drogas, (não querer parar, querer parar e não conseguir, gostar de sofrer, preferir morrer). Ter recaída faz parte da doença da dependência química, na tentativa de reaprender a viver sem drogas

³No Caderno de Educação à Distância do ano de 2003, Módulo D, texto Uso de Drogas: Construindo Alternativas de Prevenção da mesma autora definem-se os fatores de risco e de proteção relacionados às crianças, adolescentes, família, escola, comunidade e propõe-se o conceito de intervenção de Rede Familiar, visando o apoio na prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários de drogas.

Prevenção primária

Prevenção secundária

Prevenção terciária

SISNAD

de demandas:

- Prevenção primária: O objetivo é evitar que o uso de drogas se instale ou retarde o seu início, destinada a intervenções universalistas, incluindo a população em geral, podendo ser realizada na comunidade, na escola e nos meios de comunicação.

- Prevenção secundária: Destinada às pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente e tem como objetivo evitar a evolução para uso abusivo ou dependente. Implica sensibilidade do educador social para um reconhecimento precoce daqueles que estão em risco de evoluir para usos mais prejudiciais. Essas ações exigem conhecimento das técnicas de abordagem individual e familiar, pois integram uma intervenção seletiva, envolvendo um ou mais fatores de risco, como os casos de filhos de alcoólatras, de traficantes etc.

- Prevenção terciária: É voltada às abordagens necessárias no processo de tratamento, recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência. São destinadas a uma intervenção indicada, para programas que visem diminuir o consumo, evitar riscos e melhorar a reinserção social.

O SISNAD aponta que a prevenção ao uso indevido de drogas deve ser realizada a partir de atividades “[...] direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção”² (art.18).

O SISNAD define treze diretrizes e princípios a serem observados no planejamento e execução de atividades voltadas para a prevenção (art.19), a seguir destacarei algumas delas simultaneamente, propondo ações possíveis a serem realizadas:

- Reconhecer que o uso de drogas interfere na qualidade de vida pessoal, familiar e da comunidade em que o usuário reside. Atividades: Conhecer, através de pesquisas individuais e trabalho realizado em sub-grupo sobre os efeitos de cada droga lícita e ilícita no organismo, possíveis riscos pessoais e sociais no seu envolvimento e consequências econômicas, afetivas, sociais, profissionais e jurídicas, podendo apresentar os resultados das pesquisas nas escolas dos educandos, no jornal local ou do Programa - jornal do educador, fazer cartazes no Clube AABB ou uma passeata de conscientização da população.

- Adotar conceitos objetivos e com base científica como forma de orientar, de propor um tratamento integrado com a rede de atendimento público ou comunitário, evitando os estigmas sociais relativos ao usuário, seus familiares e aos serviços oferecidos. Atividades: Construir coletivamente um dominó contendo duas partes: na primeira o nome da droga (Por exemplo: o uso da cafeína) e na outra parte seus efeitos, suas características e consequências (produz aceleração cardíaca, é uma droga

³No texto Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e suas Perspectivas para o Programa integração AABB Comunidade (2009), publicado nos Cadernos de Educação a Distância da mesma autora são explicitados as funções de cada tipo de atendimento e a disponibilização para contatos.

mentos sobre as faces da dependência química, as percepções de como as drogas interferem em nossas vidas, a disponibilidade dos serviços de tratamento, a mobilização do controle social, policial e a eficiência e a agilidade do Poder Judiciário.

Bibliografia

BRASIL, LEI nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, Presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva, 13 de julho de 1990, 169º da independência e 102º da República.

BRASIL, LEI nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD prescreve medidas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelecem normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, 23 de agosto, 2006, 185º da Independência e 118º da República.

BRASIL, LEI nº 11705, de 19 de junho de 2008. Dispõem sobre a alteração da Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapia e defensivos agrícolas, nos termos do parágrafo 4 do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. Brasil, Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, 16 de junho de 2008, 187º da Independência e 120º República.

Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD, disponível em: www.cratodd.saude.sp.gov.br

⁴ As drogas psicotrópicas ativam o Sistema Nervoso Central de três formas: estimulando, deprimindo ou perturbando, através da passagem elétrica pelos neuro-transmissores, produzindo no organismo a sensação de bem estar, o esporte também ativa os mesmos neuro-transmissores, sem causar danos morais, dívidas financeiras, perdas cognitivas ou no controle da razão. É em função desta característica que as campanhas correlacionam a prática esportiva como sendo a mais indicada no combate as drogas.

Incentivar

Contribuir

Auxiliar

Não Use Drogas!

fisicamente, psicologicamente, familiarmente e socialmente.

Essas estratégias devem ser diferenciadas e adequadas aos diferentes usos de drogas e ao padrão sociocultural da cidade. Exemplo: O município de Diadema, no Estado de São Paulo, instituiu por lei que os bares deveriam fechar às 23h e, com isso, diminuiu os índices de criminalidade, sobretudo o assassinato e o uso de entorpecentes pela população.

- Incentivar as atividades esportivas, culturais e profissionais como forma de inclusão social e melhoria de qualidade de vida. Atividades: Todas as que são desenvolvidas no Programa Integração AABB Comunidade, incluindo os jogos cooperativos, teatralidade, musicalidade, coral etc. destinadas aos educandos, às famílias, às escolas e à comunidade. Incentivar os dias de lazer, palestras na comunidade e gincanas interativas nas escolas que envolvam questões relacionadas ao uso, abuso e vida sóbria.

- Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas de formação continuada na área da prevenção ao uso indevido de drogas. Atividades: Participar do Conselho Municipal da Saúde, Conferências Municipais de Políticas Públicas, conhecer a política nacional antidroga, o SISNAD, fazendo estudo sistemático com a equipe pedagógica envolvida no Programa Integração AABB Comunidade.

- Auxiliar na implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nos três níveis de ensino, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Atividades: Participar das reuniões do Conselho Deliberativo Participativo do Programa Integração AABB Comunidade, propondo ações preventivas, de tratamento e reinserção social dos usuários de drogas, realizar uma campanha "Pratique Esporte ! Não Use Drogas!" em parceria com as escolas dos educandos ou organizar um teatro de conscientização dos beneficiários da não utilização e após os atores adolescentes fariam uma exposição sobre dados científicos relacionados aos índices de criminalidade entre os adolescentes e os adultos envolvidos com drogas.

Por fim, destaco que para se ter eficácia nas ações de prevenção é necessário prestar atenção aos modelos de referência nas ações educativas, a equipe pedagógica composta por educadores sociais adultos deve fazer uma autoavaliação sincera do seu padrão de uso das drogas lícitas (álcool, comprimidos, agrotóxicos, cigarros, etc.), a fim de melhor compreender o fenômeno e suas múltiplas dimensões.

Posteriormente, auxiliar as famílias dos educandos a observarem o seu padrão de uso, já que é também uma influência importante na formação de crianças e adolescentes.

Enfim, a implantação de políticas públicas na área do enfrentamento do uso de drogas envolve valores, superação de preconceitos, a superação de seus medos pessoais, adquirir conheci-

Questões para reflexão em grupo

1 - Escolha uma das diretrizes do SISNAD e uma atividade prática descrita no texto, a execute e analise seus resultados.



**Apoio escolar: o conhecimento histórico e a integração familiar no
Programa Integração AABB Comunidade**

Marcio Leopoldo Gomes Bandeira

Desde o seu surgimento, o Programa Integração AABB Comunidade tem como um de seus principais objetivos apoiar as escolas. Mas em que consiste o apoio escolar e de que maneiras o Programa pode cumprir o seu intento? Primeiro, é preciso distinguir apoio escolar e reforço escolar, pois a confusão entre os dois conceitos pode gerar equívocos nas práticas pedagógicas.

O reforço escolar é um velho conhecido das escolas orientadas por uma concepção tradicionalista de educação. Quando ouvimos esse termo, logo nos remetemos aos momentos extra-aula em que estudantes são obrigados a realizar lições de casa constituídas por exercícios e atividades que apenas repetem aquilo que já foi feito na escola e que não deu certo. Reforçar é forçar novamente, insistindo em práticas escolares que já provaram não surtir efeito, haja visto que não geraram o aprendizado desejado. Tentar fortalecer as práticas improdutivas realizadas na escola não é apoiá-la, mas insistir em equívocos pedagógicos.

Então, em que consiste o apoio escolar? Certamente, não significa construir uma sala-de-aula no clube AABB para que as crianças e adolescentes realizem as tais “lições de casa” recomendadas pela escola, sob a orientação de um professor substituto que apenas serviria para reproduzir mecanicamente as explicações dadas pelo professor titular. O apoio escolar implica, antes de tudo, em opções políticas. Cabe nos perguntarmos em que queremos apoiar a escola e em que queremos transformá-la. A escola excludente, pouco participativa, conteudista e autoritária não merece ser apoiada, já que sua atuação não é nada significativa para o projeto de construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Apoiaremos a escola quando conseguirmos mostrar a ela que há alternativas possíveis nas formas de educar que não sejam pela via da repressão, do assassinato dos sonhos e dos desejos.

O apoio escolar pretendido pelo Programa é o apoio a uma educação libertadora e problematizadora, que prime pelo diálogo e pela mediação de conflitos, pela criatividade e pela busca coletiva de superação das dificulda-

¹Mestre em História pela PUC-SP, professor de Práticas de ensino e Teoria da História na UniSant’Anna e educador social do NTC/PUC-SP.

apoio
escolar

educação libertado-
ra e problematiza-
dora

e ver nele um caminho forte de ensino-aprendizagem? É possível brincar com a seriedade dos conhecimentos acumulados pela humanidade, a ponto de fazer de sua assimilação ao repertório dos educandos algo divertido? As respostas a estas perguntas não estão prontas. Seremos nós, os educadores, capazes de construí-las?

Tomemos como exemplo o conhecimento histórico. Desde o século XIX, a História tem feito parte do currículo oficial das escolas de educação básica. Conhecimento obrigatório no ensino fundamental e médio, a História tem participado da vida cotidiana dos estudantes atormentados entre datas e acontecimentos. Não raro, ouvimos crianças e adolescentes dizerem que não gostam de estudar História. As razões são sempre as mesmas. “Para que saber de coisas passadas? Quem gosta de gente morta é cemitério! O passado está morto e enterrado!”. Os educandos não conseguem perceber a História como um conhecimento importante e significativo, mas como uma obrigação enfadonha e sem nexos. Como dar um novo tratamento ao conhecimento histórico no Programa Integração AABB Comunidade? É possível mudar a imagem que os educandos fazem da História, tornando-a um saber lúdico e prazeroso?

Para tentarmos responder a essas questões é preciso desconstruir, primeiro, a imagem equivocada que muitos fazem do conhecimento histórico. O que é História? Para que ela serve?

A palavra História tem sido utilizada no nosso cotidiano em duas acepções distintas e complementares. Usamos a palavra para nos remeter às experiências de vida dos seres humanos construídas no decorrer do tempo e aos conhecimentos produzidos por historiadores ou por pesquisadores que agem como historiadores sobre essas experiências de vida. Assim, quando falamos coisas do tipo: “minha história daria um romance” ou “ela me contou a sua história”, estamos utilizando a palavra com o primeiro significado mencionado. Quando dizemos, “A prova de história foi difícil” ou “estou lendo um livro de História”, estamos usando a palavra com o segundo significado já referido. História é, portanto, ao mesmo tempo vida e conhecimento sobre a vida.

Contudo, não parece ser de vida que se fala nas aulas escolares de História. O conhecimento histórico tem sido reduzido, na maioria das vezes, à memorização de fatos e datas descolados da realidade dos educandos e sem grandes significados. As pessoas consideram que história é conhecimento sobre o passado e só. Como vivemos numa sociedade presentista e desmemoriada, falar de passado é falar de coisa velha, quando sabemos que nos dias de hoje velho não tem vez, nem voz, nem valor.

É preciso, no entanto, recolocar as ideias no lugar. O conhecimento histórico não é um baú de quinquilharias. A história não é o conhecimento do passado, mas da relação que o presente estabelece com o passado. Tentemos entender essa afirmação.

Tudo que existe no mundo está à mercê dos desgastes do tempo. As rochas se desgastam, as roupas envelhecem, os alimentos apodrecem, os corpos enrugam, os valores mudam, os pensamentos se transformam, os sentimentos não pulsam da mesma maneira. O tempo é o grande soberano que a tudo governa. Nada permanece para a eternidade. Tudo se transforma no decorrer

des no enfrentamento dos desafios cotidianos. Apoiar a escola não é reforçar as trajetórias que já demonstraram não levar a lugar nenhum, mas ajudá-la e reinventar a educação, as formas de conviver, de ser, de fazer, de lidar com o conhecimento, com o tempo e o espaço de ensino-aprendizagem, com as relações familiares e comunitárias. Pretendemos apoiar a escola em sua luta, muitas vezes, inconsciente, por transformação, para que ela se torne significativa e prazerosa para os que dela participam.

A educação pretendida pelo Programa Integração AABB Comunidade já nasceu sob o signo da novidade. O fato de fazer de um clube um espaço educativo já faz do Programa uma experiência ousada, inovadora e provocativa. O espaço de um clube já inspira novas práticas. Sua arquitetura é outra. As reentrâncias dos caminhos que desenham a sua cartografia já colocam aos corpos que nele adentram uma nova atitude, um novo modo de se comportar e de agir. A paisagem da maioria das AABBs, com suas árvores, piscinas, gramados, quadras e espaços abertos, nos inspira um repensar as práticas educativas. Este espaço, por si só, já impõe aos educadores uma necessidade de criar novas formas de relacionamento com os educandos e novas práticas de ensino-aprendizagem. No clube, não há carteiras, não há uma grande quantidade de paredes e portas interditando as passagens, não há corredores fechados e portões que mais parecem grades de prisões. Já ouviu pensadores que denunciaram a semelhança da arquitetura das escolas com a dos sanatórios e presídios. Fazer dum clube, espaço por excelência destinado ao lazer, um espaço de educação, é dispor-se a recriar a si e à docência. O clube possibilita o casamento perfeito entre a educação, o lazer e a ludicidade.

Em suma, o Programa exige dos educadores uma capacidade criativa permanente. Isso porque a associação entre a educação e o divertimento lúdico não implicam num espontaneísmo das práticas, um descompromisso com os conhecimentos e um descaso com a necessidade de possibilitar aos educandos a construção de habilidades cognitivas necessárias à sua vida. O Programa não só pode como deve contribuir para que as crianças e adolescentes aperfeiçoem suas habilidades de leitura e escrita, de cálculo, seus saberes científicos, filosóficos e artísticos. A questão não é, portanto, eliminar do Programa os conhecimentos curriculares considerados sérios e que tradicionalmente são ensinados na escola. A questão que se coloca é como criar situações de aprendizagem, no clube, que favoreçam a construção significativa desses conhecimentos, sem fazer do clube uma escola? Como fazer do ato de aprender uma ação compartilhada, interessante, atraente, instigante, lúdica e prazerosa? Como diria o verso de uma música de Rita Lee, “brinque de ser sério e leve a sério a brincadeira”. É possível levar a sério o ato de brincar

conhecimento histórico

História

presente

passado

olhos para o passado, pois quer entender a arquitetura do mundo em que vive no seu tempo presente. Como foi possível que chegássemos a ser da maneira que somos, acreditando nas coisas que acreditamos, valorizando o que valorizamos, agindo do modo como agimos? Será que sempre foi assim? A história serve-nos para mostrar que o ser humano não é igual a si mesmo e que, se o nosso mundo, do jeito que existe hoje, não existiu assim desde sempre, ele poderá mudar e ser diferente no futuro se assim o quisermos. É o presente, portanto, a dimensão de tempo mais importante para o conhecimento histórico, pois é para responder a nossas questões do agora que investigamos o passado e nos lançamos ao futuro. Toda história é história do presente, haja visto que é do presente de quem busca conhecer que surgem os significados atribuídos ao que se passou.

Olhe à sua volta e perceba o mundo em que você vive. Nele as pessoas vivem em condomínios fechados? Os carros são blindados? Muitos não têm casa para morar e passam fome e frio? Outros comem e vomitam a fim de manter um ideal de beleza magra? Há crianças trabalhando? Há exploração sexual infantil? Há idosos maltratados nos asilos? Pessoas morrem nas filas dos hospitais sem atendimento nem remédios? Há hospitais, presídios, escolas, ruas pavimentadas, casas, arranha-céus, homens-bomba? De que as pessoas têm medo? O que elas amam? Em que acreditam? Como é possível que tudo isso exista? Como chegamos até aqui? Quanto tempo foi preciso para que tantos hábitos, valores, crenças, atitudes, comportamentos, práticas, objetos, artefatos fossem construídos? Como foi possível que tudo em nossa volta se tornasse tão natural, ao ponto de não questionarmos mais sobre sua existência frágil e temporal? Como nos tornamos aquilo que somos? O que estamos fazendo de nós mesmos? Todas essas perguntas são próprias do conhecimento histórico, mas nenhuma delas parece estar comparecendo às salas de aula da maioria de nossas escolas.

A história serve para desnaturalizar aquilo que se naturalizou pelo costume, desbanalizar o banal e evidenciar o caráter fabricado do mundo e de nós mesmos, porque os mistérios da existência não estão nas profundezas das coisas e sim em sua superfície. É preciso olhar com espanto para o óbvio e problematizar o cotidiano radicalmente.

Por muito tempo, o conhecimento histórico se destinou a contar os grandes feitos dos grandes heróis da nação. Até hoje, nas escolas, a história ensinada é a história dos grandes governantes, dos grandes líderes e dos grandes acontecimentos. Como se as grandes transformações ocorressem como efeitos da grandiosidade de alguns indivíduos privilegiados.

No século XX, no entanto, os historiadores começaram a fazer a crítica contundente a esse tipo de narrativa histórica, voltando o olhar para as pessoas comuns, para os acontecimentos cotidianos, para a vida em sua pulsação diária, a fim de mostrar que as grandes transformações são apenas a culminância do encadeamento das pequenas ações diárias, quase imperceptíveis, que sutilmente caem no anonimato, mas nem por isso têm a sua força reduzida. Outros personagens começaram a ganhar as páginas de muitos livros de história. Em vez de grandes estadistas, os agricultores, as donas-de-casa, os professores, as crianças, as trabalhadoras do lixo... Todos com suas

das horas, dos dias, dos meses, anos, séculos e milênios. É certo que as coisas que compõem o mundo não se transformam na mesma velocidade e ritmos e algumas mudanças não são alcançáveis pelos nossos olhos, já que também possuímos uma duração bem limitada. Mesmo sabendo que no século XXI a expectativa de vida de alguns seres humanos tem aumentado consideravelmente, não conquistamos ainda a imortalidade. Por quanto tempo vive um ser humano? No máximo cem anos? O que representam cem anos diante dos milênios imponderáveis de existência do planeta Terra?

Diante da imensidão do tempo, o nosso conhecimento do passado é ínfimo. Porém, não é de hoje que os seres humanos se preocupam com a passagem do tempo e a transformação do mundo à sua volta em decorrência dessa passagem. Saber quem somos, de onde viemos, quem nos antecedeu e como viveu, há muito que faz parte de nossas preocupações intelectuais e filosóficas. A evidência de que tudo se transforma nos leva a afirmar que tudo é histórico, ou seja, nada é eterno. Perceber a historicidade das coisas e das pessoas levou os seres humanos a buscar formas de preservar as memórias individuais e coletivas. O conhecimento histórico é, então, uma forma de lutar contra o esquecimento e a amnésia.

Tudo que é do mundo é histórico, possui historicidade, pois se transforma no decorrer do tempo. Essas transformações do mundo não são, contudo, fruto apenas do acidente. Embora o acaso seja uma força transformadora considerável, não podemos esquecer que muitas das mudanças ocorridas no mundo são obra da ação deliberada de seres humanos vivendo em sociedades, lugares e tempos específicos. Quando um historiador busca produzir um conhecimento histórico do mundo, são justamente as transformações, as permanências e as diferentes durações que o atravessam que ele procura entender e interpretar. A História é o conhecimento das transformações do mundo em decorrência dos atos humanos. Seu principal objetivo é desenvolver uma consciência histórica sobre as coisas, ou seja, despertar o saber de que as coisas não são em definitivo, elas se tornam. Aquilo que hoje parece uma estrutura sólida pode, amanhã, desaparecer como uma lufada de ar.

O conhecimento histórico é um tipo de conhecimento que opera, sobretudo, pela comparação. Só conseguimos perceber uma transformação quando comparamos algo num determinado período de tempo, analisando como esse algo era e como ficou. Daí a importância do passado para o historiador. É recorrendo a uma época passada que o conhecimento histórico pode evidenciar uma transformação. Todavia, uma comparação só existe quando há no mínimo dois termos a serem comparados. O historiador volta seus

o mundo
em que
vivemos

A história

historiadores
do
Século XX

do que as cenas dos livros didáticos de outrora. Essas transformações do conhecimento histórico ainda não alcançaram em toda a sua plenitude os currículos escolares. A história ainda parece ser o mesmo conhecimento caduco e mofado de antigamente.

O Programa Integração AABB Comunidade poderia apoiar a escola na construção de um conhecimento histórico renovado? Poderia ajudar a construir uma consciência histórica significativa junto aos educandos e às comunidades que atende? O que significaria estudar história no Programa Integração AABB Comunidade?

O primeiro passo dessa dimensão do apoio escolar seria, por exemplo, mudar a perspectiva dos educandos acerca desse conhecimento. Em vez de estudar a história dos livros didáticos, por que não escrevermos a história da nossa comunidade? Em vez de decorar datas e fatos impostos por outrem, por que não pesquisar os fatos e as datas importantes para a nossa história local? Quais as questões do nosso presente que merecem ser investigadas, problematizadas e historicizadas? Como a nossa história se relaciona com a história de nossa família, nossa escola, comunidade, cidade, estado e país?

O que este texto busca é lançar um desafio: em vez de estudar a história contada por outros, pode ser muito mais divertido e lúdico embarcar na viagem da escrita de nossa própria história. Como isso poderia ser feito?

As famílias dos educandos parecem, a primeira vista, boas oportunidades para o início de uma experiência como esta. Pais, avós, tios e tias, irmãos e irmãs mais velhos podem ser as primeiras testemunhas vivas de um passado desconhecido para muitos educandos. De que as crianças brincavam em outras épocas? Como eram as festas? Como era o nosso bairro? O que era proibido e o que era permitido? As questões que serviriam como ponto-de-partida da investigação podem ser de diversas naturezas. Entrevistando os familiares, por exemplo, que tipo de histórias sobre a nossa comunidade e o nosso país poderíamos contar? Que tipo de testemunho cada uma dessas pessoas pode dar sobre as circunstâncias históricas que viveram e vivem?

Esse tipo de abordagem não apenas favoreceria a construção significativa de um tipo de conhecimento valorizado pela escola, mas deturpado pelas práticas educativas tradicionalistas, como também criaria uma situação favorecedora de novos vínculos afetivos no interior do grupo familiar, pois valorizar o saber do outro é porta de entrada para a reinvenção das relações.

Bibliografia

ALVES, Nilda (org.), Criar currículo no cotidiano. SP: Cortez, 2004.

BOSCHI, Caio César, Por que estudar História?. SP: Ática, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães, Didática e Prática de ensino de História. Campinas, SP: Papirus,

angústias, sonhos, desejos, preocupações, vontades, propondo cenas muito mais dinâmicas

Questões para reflexão em grupo

1- Essa é a devolutiva esperada por esse texto. Seriam os educadores do Programa capazes de provocar os educandos a escrever histórias a partir da perspectiva de seus familiares, incentivando um processo investigativo de entrevistas, transcrições de entrevistas e interpretações e sistematizações de dados coletados?

2- Podemos inventar o novo no Programa Integração AABB Comunidade?

Aguardaremos as respostas na forma desses pequenos livretos, certamente



Embora sempre seja necessário que haja espaço para a mudança, para a criação humana e para uma existência original, é inegável que no processo de formação dos indivíduos existam as referências familiares e do meio circundante. Pois, do contrário o indivíduo tem que negociar sua forma de viver e se expressar no mundo e, neste momento, pode tomar caminhos que fujam às normas sociais e às leis vigentes, criando uma situação de conflito e contradição.

Neste sentido, antes de desencadear um processo de culpabilização da criança e do adolescente pelo “caminho errado”, é preciso lembrar de sua condição peculiar de desenvolvimento, e das responsabilidades da família, da escola, da comunidade e do Estado.

“Em primeiro lugar, a preocupação de ‘estar e permanecer à frente’ (à frente da tendência de estilo - ou seja, no grupo de referência, dos pares, dos outros que contam, e cuja aprovação ou rejeição traça a linha entre o sucesso e o fracasso)”. Nas palavras de Michel Maffesoli, “sou o que sou, porque os outros me reconhecem como tal” enquanto “a vida social empírica não é senão uma expressão de sentimentos de pertencimentos sucessivos” - a alternativa sendo uma sucessão de rejeições ou uma exclusão final como penalidade pelo fracasso em abrir caminho para o reconhecimento, seja por meio da força, argumentação ou artimanhas” (Bauman, 2007, p. 107).

O sentido de pertença da qual nos fala Bauman diz respeito ao lugar que o adolescente em seu desenvolvimento busca estar, à necessidade de reconhecimento dos pares, aspecto definidor de identidades, ainda que em condição de muita fragilidade. Neste jogo contínuo com o mundo externo, em que, enquanto adolescente desejo fazer parte de algo, ocorre uma sequência de avanços e dificuldades, e a família pode constituir-se enquanto ponto de equilíbrio e apoio, numa faixa etária que é marcada por desequilíbrios e tensões.

Para os educadores, é o momento aproveitar essa necessidade de pertencimento a algo, de busca de reconhecimento, por parte dos jovens e de fato, dar as condições de exercício do protagonismo juvenil na forma sugerida por Paulo Freire em sua Pedagogia da Autonomia:

“Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em

¹Psicólogo e Educador do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP é mestrando em Psicologia da Educação pela PUC/SP.

mundo do trabalho

a família

o desenvolvimento do ser humano

Educação para o Mundo do Trabalho, Envolvendo as Famílias.

Marcos Eduardo Ferreira Marinho¹

“Somos sujeitos
consagrados ao mundo,
não há um eu em si
ou um homem interior,
o homem está no mundo
e é no mundo
que ele se conhece”

Merleau-Ponty, 1994

Neste artigo, destacaremos a família como um dos eixos fortalecedores no processo de inserção do jovem no mundo do trabalho e na vida adulta e o quanto ela precisa ser envolvida no trabalho de orientação e preparação do jovem para o mundo do trabalho.

“É na família que se dão os fatos básicos da vida: o nascimento, a união entre os sexos, a morte. É a esfera da vida social mais naturalizada pelo senso comum, onde parece que tudo se dá de acordo com a natureza, porque a família regula atividades de base biológicas, como sexo e reprodução humana. A família constitui, então, um terreno privilegiado para estudar a relação entre a natureza e a cultura”. (Sarti, 1995, p.40)

O primeiro fato cultural, dado ao nascer, é de que nascemos numa família, numa organização familiar, num núcleo de pessoas com laços de consanguinidade, independe do número de pessoas e do seu formato, com valores e crenças e muitas expectativas sobre o recém nascido. Ao mesmo tempo, a dimensão da espécie se coloca com muita força, fruto das necessidades biológicas e da extrema dependência que constitui o ser humano em seus primeiros anos.

Na medida em que aquele ser humano pequeno e frágil, extremamente dependente dos cuidados adultos, vai se desenvolvendo, sua estrutura neurofisiológica vai sendo maturada, importantes aquisições vão se constituindo. O desenvolvimento da linguagem e do abstrato, a afetividade, o desenvolvimento da moral vão dando as condições para que também haja a socialização deste indivíduo. Neste sentido, a família constitui-se como primeiro lócus de influência neste processo e que, ao lado da escola, vão se firmando como o universo mais imediato da criança. O resultado destas trocas entre a criança, a família e a escola é que resultará na forma de ser e de se apresentar ao mundo do indivíduo.

“... quando grandes áreas da vida de uma pessoa não são mais compostas por padrões e hábitos preexistentes, o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções de estilo de vida. Além disso - e isto é crucial -, tais escolhas não são apenas aspectos ‘externos’ ou marginais das atitudes dos indivíduos, mas definem quem o indivíduo ‘é’” (GIDDENS, 1993, p.87).

o pátrio poder, inexistindo em muitos casos a percepção de que a família também necessita de proteção. Ao educador, a necessidade de cuidar, de transformar seus relatos, suas práticas e intervenções no âmbito das famílias dos adolescentes, buscando abordar as potencialidades independentes dos arranjos familiares encontrados. Reconhecendo, como afirma Szymanski (1994), que há uma família pensada (nuclear burguesa) e uma família vivida (que tem a anterior como modelo, mas que as vicissitudes da vida real a levaram a constituir-se em arranjos alternativos).

criar e
recriar
a vida

A habilidade que os educadores necessitam ter é de ir além do que está aparente e, com os sentidos bastante abertos, interpretar as necessidades e demandas dos adolescentes e de suas famílias, e sob aquilo que realmente vê, planejar suas atividades com vistas à preparação deste jovem para o mundo do trabalho e a vida adulta. Significa dizer que, muitas vezes, o jovem pode ocultar não apenas o que ele tem de pior, mas o que tem de melhor, suas potencialidades:

comunicar-se
em grupo

“Se é verdade que ‘somos o que parecemos ser’, talvez não seja verdade que sejamos apenas o que ‘conseguimos parecer’. Sobretudo quando adolescentes. Em primeiro lugar desde muito cedo aprendemos a ter vergonha e a esconder algumas de nossas tendências mais profundas. Claro, muitas delas efetivamente precisam ser escondidas e até esquecidas; mas o pudor nem sempre se refere às coisas ou características que devam ser sufocadas em nós...” (LEITE, in PATTO, 1993, P.235).

Ao mesmo tempo devemos sempre nos indagar diante do trabalho de orientação deste jovem que se prepara para o mundo do trabalho e para a vida adulta, sobre de que modo as exigências do sistema econômico e produtivo são interiorizadas e articuladas com o desejo, gerando uma coisa próxima da chamada escolha profissional?

mudanças

“As estruturas que são constitutivas de um tipo particular de ambiente (isto é, as condições materiais de existência) características de uma condição de classe e que podem ser apreendidas estatisticamente sob a forma de regularidades associadas a um ambiente socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas, sem que por isso seja o produto de obediência e regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de projeção inconsciente deste fim ou domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas, sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (Bourdieu, apud Silva, 1995)

áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes” (Freire, 1997, p.33).

Portanto, desta tensão que caracteriza esta fase da vida, com suporte de uma família acolhedora e de iniciativas pedagógicas inovadoras, permitir ao jovem experienciar de forma protagônica mudanças em seu meio social mais imediato, de modo que ele pressinta que é capaz de promover mudanças na realidade e que, ao adentrar ao mundo do trabalho, ele terá a oportunidade de criar e recriar a sua vida, numa trajetória de tessitura da sua existência que lhe permitirá, de forma consciente, reconstruir o caminho trilhado por seus antepassados, dando-lhes um novo sentido.

“... O sintoma mais marcante da medida em que a estrutura do indivíduo humano tende a relações de grupo reside na disposição biológica de todas as crianças a aprenderem um tipo de comunicação que não interliga a espécie inteira, mas, possivelmente, apenas grupos isolados. Essa disposição biológica de aprender uma linguagem que só é compreendida, como meio de comunicação, dentro de uma única sociedade humana, e que em geral é ininteligível para as pessoas fora dela, constitui uma invenção singularíssima da evolução biológica. Ela encontra paralelos rudimentares nas estruturas de outros organismos.

A estrutura biológica relevante dos seres humanos, sua predisposição para aprender um meio de comunicação limitado a uma única subsociedade dentro da espécie, bem como o aprimoramento desse meio limitado entre os seres humanos, indicam muito claramente a importância vital que deve ter assumido a compreensão exata entre os membros de cada grupo durante o longo período de formação da humanidade.” (ELIAS, 1994, p.142).

Se em muitos momentos da nossa história a família foi vista como uma estrutura mantenedora de uma ordem conservadora, esta mesma estrutura foi se modificando profundamente ao longo das últimas décadas e, por força das mudanças no âmbito da economia, da sociedade, e da cultura, tornou-se múltipla, diversa, rompendo-se com o modelo de família nuclear burguesa.

E aí reside o paradoxo que impede os programas socioeducativos e até mesmo a escola de mobilizar as famílias dos educandos. OLIVEIRA (2004) faz uma reflexão bastante interessante sobre a reação comum existente diante da criança ou adolescente “abandonado”, indicando que há uma dinâmica de desqualificação da família do adolescente, culpabilizando-a e tornando-a a única responsável pelo contexto de vulnerabilidade do adolescente em conflito com a lei, por exemplo.

Ocorre um processo de desqualificação social da família até o momento em que esta perde

Posto de outra forma, o que está por trás das escolhas profissionais dos adolescentes e jovens? Se a escolha é influenciada pela ideologia do mercado, esta pode estar ocorrendo no cotidiano da Escola e pelas expectativas familiares. Neste caso, é mais do que urgente que se envolva a família também no trabalho de desenvolvimento de preparação do jovem para o mundo do trabalho.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org). A Família Contemporânea em Debate. São Paulo : Educ, 1995.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed.,1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo : Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo, Editora Unesp, 1993.

LEITE, Dante Moreira. Educação e relações interpessoais. p.234-257. in PATTO, M.H.S.(org). Introdução a Psicologia Escolar. São Paulo : T. A. Queirós, 1981, reimpressão 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

OLIVEIRA, Sonia Maria. A Exclusão da Família no Cenário Social. Família e Comunidade, São Paulo, vol.1, n.2, pp.67-76, Novembro de 2004.

SARTI, Cynthia. Família e Individualidade: um problema moderno. In CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org). A Família Contemporânea em Debate. São Paulo : Educ, 1995.

Questões para reflexão em grupo

1 - Identifique e descreva como se constituem as famílias dos adolescentes no Programa.

2 - Faça a um representante familiar de seus educandos, a seguinte questão:

“Se você pudesse escolher a profissão de seu filho, qual seria?”

Comente os resultados encontrados.



tes que irá nos próximos anos, comportar o maior contingente de adolescentes no conjunto da população brasileira. Estamos privilegiando o recorte etário por acreditar que ele traz implicações importantes para o desenho das políticas públicas e visando facilitar a articulação entre elas, no afã de responder a demandas concretas já diagnosticadas, por meio de intervenções sociais.

Como afirma Nair Bampi,¹ reinventar o Futuro, cartografando por alternativas radicais às que deixam

“a juventude de ser. Pense em situação de rua, não só ela, mas toda massa empobrecida, conta com alguns fatores comuns na causa de sua miséria. Destaca-se entre eles uma cultura autoritária institucionalizada, pouco acessível, permanência e continuidade à educação, capitalismo que legitima a grande distância entre pobres e ricos. A baixa renda está na base de muitas fraturas nas famílias. É este o maior motivo que leva muitos a saírem de casa”²

As redes podem se constituir concretamente de forma secundária ou primária, democrática ou autocrática, horizontalizada ou verticalizada, coisificada ou emancipatória, dinâmica ou estática, micro ou macro, consensual ou em conflito, dado a correlação de forças e o interesse que as mantém.

As redes sociais rompem com a burocracia institucional, pois são mais flexíveis, abertas, porosas, maleáveis no seu funcionamento, e mediadas por relações institucionais em movimento.

As redes são necessárias pela incompletude institucional, e exigem aliança, negociações, parcerias, práticas coletivizadas e dialógicas.

E por estas razões estruturais de nossas sociedades temos nos deparado com situações-limite de populações inteiras que fazem da rua seu “habitat”, sem que nenhuma política pública tenha sido capaz ainda de reverter este dantesco cenário atual. E as vítimas são as crianças, os adolescentes e os jovens.

Estes normalmente são considerados como violentos, delinquentes, agressores da sociedade que os gerou. São considerados como parte da população em risco.

Esta concepção de juventude tem sido dominante nas parcas políticas públicas definidas, onde o foco dos programas desenvolvidos tem sido a contenção do risco real ou potencial dos adolescentes, ou pelo seu apartamento das ruas ou pela ocupação de sua ociosidade. Estas políticas ou programas baseiam-se em concepções repressivas ou de prevenção, buscam enfrentar os problemas sociais

reinventar o
Futuro

globalização

crescimento
demográfico

¹ Professora titular da PUC/SP em Sociologia - Faculdade de Educação - Centro de Educação, Representante da PUC/SP no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Criança e Adolescente em Situação de Vulnerabilidade
- O desafio do trabalho em Rede.

*Prof^a Dr^a Maria Stela Santos Graciani*¹

Nunca antes no mundo, houve uma população tão numerosa de crianças e adolescentes como neste momento da história, particularmente na América Latina e Caribe. Embora estejamos vivendo um processo de globalização acelerado, onde o modelo neoliberal impera e a economia de mercado, a privatização, o Estado, têm ao longo deste momento acirrado a exclusão social de milhares de seres humanos, do bem estar social, da possibilidade de usufruir dos direitos fundamentais conquistados; pela ausência significativa de políticas públicas efetivas nas áreas de saúde, educação, lazer, cultura, esporte, profissionalização, sendo aviltados. Portanto, do direito à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, cerceados de uma convivência familiar e comunitária adequada, pelas condições objetivas de existência, dessas sociedades terceiro-mundistas.

O crescimento demográfico de crianças e principalmente adolescentes e jovens na realidade contemporânea tem sido considerado por muitos estudiosos e militantes da área da infância, uma oportunidade singular e histórica para desenvolver políticas consequentes e competentes com a infância e adolescência.

Atualmente, 53% da população total da América Latina e Caribe, é constituída por jovens de menos de 25 anos de idade e no Brasil, pela primeira vez temos a chamada “onda de adolescen-

²Para a organização de saúde, a adolescência constituiria num processo fundamentalmente biológico durante o qual reaceleraria o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade; abrangeria a idade de 10 a 19 anos. O conceito de juventude reuniria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, entendendo-se dos 15 aos 24 anos - critério da UNESCO; no Brasil, o ECA adota como critério etário para início da adolescência a idade de 12 anos

³Bampi, Nair - “Um olhar sobre a história e a espiritualidade dos Educadores Sociais de Rua da Casa Talitha Kun” - pag. 37, Revista da Educação Popular ? Sonho Possível - Canoas. V2. N2. Ago 2001

seja ou não de Rua, por exemplo, são desempregados, 70% da população carcerária foram meninos(as) de Rua, não conseguem terminar a escolarização básica, são alvo do narcotráfico para vender ou tornar-se drogados, são aliciados para participar de sequestro, quadrilhas e vítimas da exploração sexual e do trabalho infantil.

A tarefa da responsabilidade social frente à infância e juventude constitui-se, em si, num grande desafio no mundo contemporâneo, mas os jovens devem ser mobilizados, como interlocutores e parceiros essenciais no trabalho social, político e educativo a eles dirigido.

Os jovens têm se apropriado da cidade como um encontro de diferentes, garantindo a diversidade multicultural, principalmente os que sobrevivem da Rua. Além do universo familiar e escolar para os que têm chance de usufruir destas duas agências educativas, a cidade também pode constituir-se como espaço educativo.

Como afirma o grupo de Trabalho sobre Criança e Adolescente do Instituto Florestan Fernandes:

“Conquistar a cidade é a grande experiência de cidadania, viver a cidade como uma aventura, como espaço de liberdades urbanas, de trocas, de aprendizagens e expressões⁵ .

No entanto, os Educadores Sociais de Rua, que convivem com o povo da rua, principalmente crianças, adolescentes, jovens sabem que essas contradições e injustiças que no cotidiano ocorrem com estes contingentes que lutam para sobreviver e subsistir nessas trágicas condições e que convivem diuturnamente com muitos movimentos ou ações de Jovens como Hip Hop, Grafite, Street-dance, dentre outros, onde para eles a cidade é um grande espetáculo, como palco onde encenam as suas variadas expressões.

Para criar, pois, Políticas Públicas Urbanas ou de urbanidade, é preciso reconhecer a heterogeneidade dos jovens em seus horizontes, perspectivas, ritos, aspirações e assegurar as mesmas possibilidades de igualdades sociais e, concretamente, mobilizar para a construção do projeto coletivo de sociabilidade e esta interferência requer a construção de redes sociais entre pessoas, grupos, instituições, como atores sociais articulados estrategicamente para proporem políticas públicas para suas demandas específicas e gerais, garantindo o sistema de direitos e a democratização dos processos decisórios, já definidos pelo ECA, em 1990.

Estes princípios pressupõem a construção de uma Rede de Intervenção

Marilena
Chauí

linguagem
própria

mecanismos e
instrumentos
institucionais

políticas
sociais
em rede

⁴ Chauí, Marilena - Convite à Filosofia - 11ª Ed. - SP. Atica, 1999

que afetam a juventude, tornando os próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir para salvá-los, reinseri-los ou reintegrá-los à ordem social.

Este enfoque de políticas e programas sociais ainda traz elementos constitutivos do viés autoritário, tornando o discurso do jovem incoerente, inconsequente e esvaziado de sentido e significado.

A linguagem, segundo Marilena Chauí⁴:

“... nasce da necessidade humana de comunicar-se e tem, quatro causas principais: imitação dos sons da natureza - voz, encenação da vida, imitação dos movimentos do Ser Humano e da natureza - gestos; necessidade de abrigar-se, reunir-se, alimentar-se, buscar; e a necessidade da emoção, em especial na forma de choro, grito e risco”.

Os definidores das políticas públicas precisariam ter uma maior sensibilidade em escutar a linguagem própria dos(as) meninos(as) de rua - como saberes para defini-las de maneira mais adequada e consequente, por exemplo: Pais, os mesmos têm demonstrado uma imensa incapacidade de perceber, detectar e gerir com os segmentos sociais, as políticas públicas, pois não sabem dialogar com os jovens, ponto essencial para edificação dos vínculos sociais.

Há uma enorme ausência de discussão, debate e reflexão destinados a identificar e possibilitar respostas às demandas, necessidades e inquietações e sonhos advindos dos jovens. Há necessidade de criar mecanismos e instrumentos institucionais de expressão, de diálogo, de articulação com os jovens a fim de desenvolver políticas que promovam as oportunidades para todos os jovens do país, particularmente os de e nas ruas das sociedades terceiro mundistas, como o nosso.

Tornou-se urgente a inauguração de contribuições para as questões da juventude, implementando políticas integradas de educação, cultura e saúde.

Entendemos, pois, que precisamos mudar a postura, o olhar e a mentalidade em relação aos jovens que não podem ser vistos como problema, como agentes de insegurança e violência, mas precisam ser considerados como sujeitos empreendedores de possibilidades sociais e pessoais, capazes de construir história.

Pensar políticas sociais em rede significa, pois, pensar os jovens em seu espaço, em suas ideias e ideais e em suas práticas sociais. Implica, sobretudo, considerá-los como Atores Sociais relevantes e prioritários, como afirma o ECA, em sua essência.

Vê-los como Agentes Sociais que formulam questões políticas relevantes e significativas, propõem ações estratégicas e contribuem para a discussão dos problemas sociais, sugerindo indicadores sociais proeminentes para a definição de políticas públicas.

Os problemas latino-americanos e internacionais afetam com muita força nossa juventude,

⁵ Texto mimeografado sobre o programa: Juventude e Cidadania em São Paulo - Direito ao Futuro - 2001.

talecimento e/ou empoderamento. Os atores sociais são considerados sujeitos da ação, podendo se constituir em indivíduos, grupos, instituições ou órgãos públicos ou empresas parceiras etc. ... com mística - conjunto de convicções, princípios, premissas e pressupostos semelhantes e comuns - que são no fundo agentes ou militantes pertencentes à Rede Social.

A metodologia de articulação em Rede põe, alguns princípios que regem a ligação, como: relação social, prática social, relações mediadoras, ações conjuntas multiculturais, interdisciplinares e multilaterais.

Neste sentido exige, para sua construção, a integração das ações, a interação dos parceiros, a comunicação e intercomunicação, além do interrelacionamento; socialização dos saberes, e descentralização de decisões. É interessante que a base da rede social é local (municipalização), estadual, nacional e internacional, exigindo a intersetorialidade, interconexão lincadas com todas as partes e o todo.

Lia Sanicola organizou uma coletânea de vários autores para tratar o assunto sobre Trabalho Social em Redes, com fundamentos teóricos e práticos, o cerne de tal proposta, acentua o papel da revalorização do sujeito, através de redes de solidariedade, como ocorreu na Itália, quando do fracasso de Weffare State. Para Sanicola:

“a rede deve ser o lugar onde se redefine a demanda e dá uma resposta, em seu seio envolvendo todos os participantes, sendo o lugar onde cada um tece a história de sua vida relacional”. Ela subdivide a rede em primária e secundárias. A primária é de relações face a face e as secundárias de serviços, atuando em relações interpessoais como nas coletivas. A outra considera trabalho em redes como paradigma de ação, à medida que aprofunda a estrutura relacional dos vínculos sociais numa perspectiva de apoio, de mobilização.

Donati, que também escreve no livro de Sanicola, está preocupado com o conceito de Rede como Relação Social, construída por sujeitos sociais e Paola Dinicola acrescenta os conflitos de classes que permeiam as redes sociais.

É interessante que analisemos a formatação das redes sociais, no nosso trabalho, distinguindo-o da concepção funcionalista, onde tudo se dá na ordem, disciplina e operacionalidade das relações; da concepção dialética que tenta percebê-la como comunicação, conflito, contradições em sua dinâmica enquanto movimento. A

objetivos co-
mum

nova área
social

Faleiros
x
Whitaker

⁶Faleiros, Vicente - Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção - texto mimeografado - IX Congresso Brasileiro de Assistência Social - Goiás - 1998.

Social, já contida no art. 86 do ECA, da Política de atendimento:

“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de Ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, considera a comunicação como ponto fundamental para a formação e organização das redes. Segundo ele, esta organização poderá somente se estruturar de maneira horizontal, pois não pressupõe hierarquia de pessoas, ou instituições para o seu funcionamento e podem ser formadas por critérios temáticos (assuntos específicos) ou regionais (segundo objetivos das organizações presentes numa mesma região). Elas existem como espaços de intercomunicação de experiências e de ajuda mútua em torno de objetivos comum, livre informação que assegure a eficácia do sistema, que terá durabilidade garantida por meio de engajamento consciente de todos na Ação.

O objetivo de uma rede de intervenção social é o de potencializar ações realizadas em conjunto. É um corpo de consenso e não de votação ou opinião absoluta. A internet, por exemplo, tem sido um instrumento eficiente para o desenvolvimento das redes pessoais, grupais e institucionais, embora ainda estejam em processo de adaptação a este novo sistema de comunicação, que ainda não está democratizado.

A perspectiva de se trabalhar em rede ou com redes ainda é uma nova área social, que está nos desafiando, no que se refere à sua construção. O Assistente Social Vicente Faleiros afirma que as redes partem da articulação de atores, organizações. Forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional com responsabilidade compartilhada (parceria) e negociada.

Para ele, rede pressupõe:

“Uma visão relacional dos atores / forças numa correlação de poder onde a perspectiva da totalidade predomina sobre a da fragmentação⁶ .

Como se pode perceber, o modo como Faleiros vê é diferente do que Whitaker define. Ele ainda acrescenta que nas redes os processos são dinâmicos e não organismos burocráticos formais, mas cruzam ações governamentais e não governamentais. São contratos dinâmicos, em movimento e conflito.

Assim sendo, as alianças formam blocos de ação, ao mesmo tempo políticos e operacionais. Há redes que se verticalizam e são autoritárias e outras, ao contrário, democráticas, pois compartilham o poder de decisão entre os atores da interação comunicativa, transparência de propostas e coordenação legitimada, ação compartilhada e prestação coletiva de contas.

Assim sendo, ele diz que o foco do trabalho em redes não é um problema imediato, isolado, mas a articulação de sujeitos, atores, forças para propiciar poder, recursos, dispositivos para ação, para autonomia, a auto-organização e a autorreflexão dos sujeitos.

As redes democráticas envolvem e implicam os sujeitos mais fragilizados para seu for-

pluralidade de contextos. Normalmente, este processo de construção coletiva possibilita a otimização das relações sociais entre a multiplicidade de organizações da Sociedade Civil e dela com o Governo. Neste sentido diríamos, como Eliana Nora Dabas, que rede é um sistema aberto que, através de intercâmbio dinâmico entre seus integrantes e com integrantes de outros grupos sociais, possibilita a potencialização dos recursos que possuem⁷.

Podemos ir concluindo que o novo modelo de gestão social requer formas flexíveis e mais participativas nas definições de Políticas Públicas.

Isa Guara define a Missão da Rede para Atendimento da Infância e Adolescência como:

“Integrar organizações Públicas e privadas e indivíduos num consórcio de colaboração e aprendizado, visando sua participação ativa nas políticas públicas e no desenvolvimento da comunidade para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente”⁸.

Neste sentido, seria imprescindível que detectássemos os maiores índices de exclusão social para formulação das políticas públicas (diagnóstico interventivo).

A definição das mesmas pelo Conselho de Direitos da Criança e Adolescentes deveria levar em conta a intersetorialidade, como eixo Básico, atendendo às demandas como proteção integral. Estas deveriam ser divulgadas e todos deveriam ter acesso às informações contidas em seu bojo. Por outro lado, o orçamento sustentável de tais políticas deveria estar em planilhas específicas, com a participação de todos.

Frente a todos estes desafios que se interpõem entre a realidade e a Utopia, a Lei e sua aplicação, a teoria e a prática, só o empenho político, o compromisso social e o engajamento efetivo serão capazes de efetivar este sonho acalentado por tantos e tantos Educadores Sociais que dedicam sua vida por esta causa. Por estas razões, temos que reinventar os Sonhos e consequentemente o futuro e criar um novo horizonte de possibilidades para nossa prática social emancipatória e cidadã.

Bibliografia

⁷Dabas, Eliana Nora - Intervenção em Rede, texto mimeografado - extraído de Novas perspectivas Sistêmicas - Publicação do Instituto de Terapia de Família - RJ 1995.

⁸Guara, Isa - Gestão em Rede - texto mimeografado do - MPAS - SAS - IEE - PUC.

quatro pressu-
postos

sistema
aberto

políticas públi-
cas
para o atendi-
mento

primeira é visualizada como consumo e a segunda como conflito nas relações de poder. O importante para o trabalho social é que se instaure um processo permanente de análise das redes e de seu processo teórico e prático. A rede no fundo rompe com a burocracia institucional.

Como se pode perceber, o tema é polêmico e assume inúmeras posições teóricas e metodológicas, com perspectivas distintas e denominações diferentes. Como se percebe, o paradigma de construção de metodologia da articulação do trabalho em rede ainda se encontra em processo, parte de uma concepção de rede, do ponto de vista social e político, formatado como uma teia - ligação de fios entrelaçados - e como uma trama social - como um tecido, cuja complexidade advém pela sua abrangência. Este processo em construção merece ser mapeado, e requer uma cartografia relacional.

Consideramos pois esta construção, como uma estratégia política de articulação, que busca intermitentemente as possibilidades, para atingir as necessidades sociais, neste caso estamos reinventando o futuro, como afirma Boaventura.

Busca-se consolidar, portanto, quatro pressupostos: sensibilidade política, mobilização social, participação comprometida e organização e estruturação articulada da Rede Social.

No entanto, é importante pensar em rede para quem atua e atende crianças, adolescentes e jovens (na Rua ou não), para começar a pensar em reconstituir a própria teia ou trama social em que se está inserido; onde os beneficiários são sujeitos da construção das políticas públicas. Numa

Questões para reflexão em grupo

1- O Programa integração AABB Comunidade de seu município tem trabalhado em Rede e em conjunto com os setores importantes ligados às Políticas Públicas?

2 - Dê três exemplos significativos



**A efetivação das políticas públicas no exercício do protagonismo
infanto-juvenil à convivência familiar e comunitária**

*Silvestre Rodrigues da Silva*¹

As mudanças só podem ser feitas com o povo. No entanto, o povo não participa das grandes mudanças se não está convencido delas. Para se convencer, é preciso conhecer a realidade, ter ideias das forças que são favoráveis às mudanças e das que são terrivelmente contra; quem são aliados solidários na luta por justiça e por Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, o conhecimento de quais são as forças renitentes.

Apolônio de Carvalho

A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos próprios recursos, tampouco arrancar de suas mãos oportunidade de empreender alguma coisa nova imprevista para nós.

Hannah Arendt

Este texto tem como principal objetivo realizar uma reflexão crítica sobre a importância da efetividade das políticas públicas direcionadas às famílias, principalmente àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, buscaremos analisar o papel da família como uma instituição social primordial na mediação entre indivíduo e sociedade, bem como os novos agrupamento e modelos de famílias presentes de maneira diversificada na sociedade brasileira. Portanto, a efetivação e a garantia das políticas públicas garantirá os direitos fundamentais à convivência familiar e comunitária. As implantações dessas políticas terão um papel fundamental nesta análise teórica e interdisciplinar do conhecimento da mais antiga forma de União Humana ensinadora da solidariedade, do respeito, dos limites, dos valores, da religiosidade, da economia, da política, do amor, da alegria, da violência, ou seja, pensamos aqui um novo paradigma de família que seja capaz de contribuir para construção de uma nova sociedade cidadã e democrática em sua plenitude.

¹Sociólogo, Especialista em Políticas Públicas de Gestão e Segurança Pública pelo COGE-AE - PUC/SP - Educador e Pesquisador na área de Educação Social no Núcleo de Trabalho Comunitários - NTC - PUC/SP.

Família,

Políticas Públicas,

Protagonismo
Infanto-Juvenil
e Familiar,

Democracia
Participativa,

Educação Social,

reconhecimento se afirma no marco legal das leis específicas da Assistência Social, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, do Estatuto do Idoso e na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e da Política Nacional Assistência Social - PNAS promulgada em 2004, e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária promulgado em 2006.

Dessa forma, a família é muito importante para o desenvolvimento das pessoas na sociedade, é nela o nosso primeiro espaço de convivência e relações entre os pais, os irmãos, os parentes, em seguida vêm a escola, a comunidade e o trabalho, que se integram, é um todo orgânico na construção de convivência e sociabilidade entre as diversas famílias.

De acordo com o Plano:

“a ênfase no vínculo de parentalidade-filiação, respeita a igualdade de direitos dos filhos, independentemente de sua condição de nascimento, imprimindo grande flexibilidade na compreensão do que é a instituição familiar, pelo menos no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. Torna-se necessário desmistificar a idealização de uma dada estrutura familiar como sendo a “natural”, abrindo-se caminho para o reconhecimento da diversidade das organizações familiares no contexto histórico, social e cultural” (PNCFC, 2006:26)².

A importância da família neste contexto pode ser entendida como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares.

De acordo com Winnicott (2005: 129-38):

“destaca que um ambiente familiar afetivo e continente às necessidades da criança e mais tarde do adolescente, constitui a base para o desenvolvimento saudável ao longo de todo o ciclo vital. Tanto a imposição do limite, da autoridade e da realidade, quanto o cuidado e afetividade são fundamentais para a constituição da subjetividade e desenvolvimento das habilidades necessárias à vida em comunidade. Assim, as experiências vividas na família tornarão gradativamente a criança e o adolescente capazes de se sentirem amados, de cuidar, se preocupar e amar o outro, de se responsabilizar por suas próprias ações e sentimentos. Estas vivências são importantes para que se sintam aceitos também nos círculos cada vez mais amplos que passarão a integrar ao longo do desenvolvimento da socialização e da autonomia”.

Podemos pensar também conforme afirma Sawaia (2005: 40):

“família é conceito que aparece e desaparece das teorias sociais e humanas, ora acusada de gênese de todos os males, ora exaltada como provedora do corpo e da alma”.

Assim, é importante lembrar que cada família é única, o que existe são famílias reais com uma

Para compreendermos essa temática recorreremos a uma análise teórica de diversos artigos e documentos oficiais que se referem à temática como um processo histórico e contraditório, que foi construído historicamente pelos diferentes grupos sociais, como também o Marco Legal da Constituição Federal de 1988, da Lei 8069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a importância da efetivação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito a Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, que estabelece em seus princípios e diretrizes uma nova abordagem paradigmática no atendimento, no conhecimento e planejamento das políticas públicas endereçadas à convivência familiar e comunitária. Estes documentos terão uma importância ímpar no desenvolvimento desta reflexão e na munição dos educadores (as) para consolidação de um trabalho prático e profícuo em conjunto com a família no Programa Integração AABB Comunidade.

Neste sentido, o modelo oficial de família que se estabeleceu no Brasil historicamente foi o monogâmico, patriarcal trazido pelos colonizadores que permaneceu e se impôs de cima para baixo sobre todos os outros modelos que já existiam na colônia, esse modelo oficial, (pai, mãe e filhos) colocado como o único modelo “perfeito”, vem passando por profundas transformações na sociedade brasileira e no mundo. O que se configura, na verdade, são diferentes agrupamentos familiares, formados e estruturados em núcleos familiares que diferem do modelo que continua sendo colocado pela mídia, pela educação, pelas religiões e pela sociedade como o “ideal”. Portanto, diante desta realidade, o que temos de defender é a garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária em sua plenitude, e não se a mãe cria os filhos sem a presença do pai, ou se a criança ou adolescente está sendo criado apenas pela avó, ou pelos irmãos mais velhos. O que importa é se os direitos das crianças e adolescentes estão garantidos numa convivência intrafamiliar que propicie o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes e de todos que vivem no grupo familiar.

A concepção de educação social balizadora do Programa não se exime do seu papel político-pedagógico de conhecer o marco legal, reconhecer a importância da família no contexto da vida social como definiu o artigo 226 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que: “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, assegurado, o artigo XVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que fundamenta a família como locus natural e primordial da sociedade e do Estado. No Brasil, tal

² Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006.

PNCFC

importância da
família

vida em comuni-
dade

bém, como a população está sendo afetada, modificada no seu cotidiano de vida. Esses indicadores têm que ser qualitativos e quantitativos para se fazer uma análise avaliativa dos objetivos e metas desejadas pelos projetos, ou programas sociais em implantação nas municipalidades.

Portanto, o indicador social é um instrumento para medir quantitativamente e qualitativamente as políticas públicas, pautadas por significado social importante usado para quantificar e operacionalizar um conceito abstrato de interesses que qualifica o problema e as hipóteses relevantes e, ainda, adequar rigorosamente às informações disponíveis em dados precisos sobre o desenvolvimento de projetos e programas sociais.

Consideramos o indicador social como uma estratégia, ou como um conjunto de estratégias, que propicia demonstrar os avanços e resistências no processo de desenvolvimento dos objetivos e as metas dos programas e projetos sociais. É um instrumental fundamental no controle da gestão pública, principalmente na elaboração e planejamento das políticas públicas, possibilita realizar diversos recortes da realidade conhecê-la de várias formas, permite fazer um acompanhamento avaliativo das ações do Estado e instituições não governamentais da sociedade civil.

Portanto, como já trabalhei em texto anterior sobre as Metas do Milênio que propõem: acabar com a fome; diminuir as desigualdades sociais; acabar com analfabetismo; preservar o meio ambiente; socializar água potável; acabar com mortalidade infantil; proteção às mulheres gestantes; saneamento básico; enfim uma gama de indicadores para serem trabalhados no Programa, em conjunto com os diversos setores do poder público local e dos segmentos da sociedade civil na busca de construir um instrumento avaliativo da elaboração e efetivação das políticas públicas que faça o enfrentamento das mazelas que prejudicam as famílias fragilizadas dos nossos municípios.

Para Carvalho (2005: 269):

“é que os processos contemporâneos de globalização da economia, da informação, da política, da cultura, assim como os avanços tecnológicos e a transformação produtiva, vêm produzindo uma sociedade complexa e multifacetada, uma sociedade global que, de um lado, mantém seus cidadãos fortemente interconectados e, por outros, extremamente vulnerabilizados em seus vínculos relacionais de inclusão de pertença”.

O Estado neoliberal tem um caráter destabilizador das relações familiares que são fundamentais para a convivência humana. Como um processo destruidor de lares, o capitalismo potencializa as mazelas que afetam os princípios da Ética Universal nas relações humanas, em detrimento dos valores irracionais do consumo desenfreado e da ética inconsequente do mercado no sistema econômico neoliberal, gerando contradições profundas nos valores humanitários, como por exemplo:

a) a importância da partilha de responsabilidade na proteção social, justificada a profunda desigualdade social persistente em nosso país, pelo desemprego e a precarização das condições de trabalho, como o envelhecimento da população que exige do Estado investimento em políticas especializadas que atendam essas demandas.

b) a responsabilização do Estado sobre a sociedade que potencializa o individualismo,

infinidade de qualidades e defeitos, não existe a famílias dos sonhos como o modelo colocado pela mídia nos informes publicitários de café da manhã, ou de imóveis colocados à venda pelas grandes imobiliárias, geralmente em lugares lindos, arborizados, harmoniosos, sem conflitos, isso não existe, é mentiroso e falacioso.

Para Guimarães (2007: 133):

“a família constitui uma realidade dinâmica e em permanente evolução, sendo essencial desenvolver medidas concretas e adequadas que correspondem às necessidades próprias das diferentes fases do ciclo de vida familiar, que contribuam e proporcionem melhores condições educativas, econômicas, laborais, sociais e culturais, que facilitem a formação e a realização da pessoa humana no seio da família, a manutenção da unidade familiar e sua estabilidade ao longo do tempo”.

Neste sentido, a implantação das políticas públicas voltadas para as famílias tem que superar aquela visão paternalista do Estado, principalmente a dos segmentos sociais mais abastados da sociedade, que sempre tratou de maneira assistencialista, paternalista e benemerente aos segmentos sociais mais vulneráveis da sociedade.

Dessa forma, a gestão, elaboração e efetivação das políticas públicas universais precisa garantir a universalidade para todos os segmentos sociais, mais principalmente os mais vulneráveis da sociedade, a participação democrática da população na elaboração e planejamento, na interdisciplinaridade e transversalidade das ações, da cooperação dos diversos segmentos sociais, do foco no território geopolítico com indicadores precisos das necessidades mais urgentes a ser contempladas pelas políticas, em nosso caso é a família são os sujeitos sociais enredados nesse processo.

No Brasil, milhares de família não têm acesso às políticas públicas necessárias a uma existência com dignidade, não têm acesso à saúde, à educação, à habitação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à justiça, à renda, ao saneamento básico, a um trabalho qualificado, a uma convivência comunitária segura. Essa situação é preocupante em todos os municípios brasileiros. Pois o abandono, a omissão do Estado para com a família revela uma situação de violência cometida pelo próprio poder público para com a sociedade.

Diante dessa realidade, a nossa prática educativa é fundamental para reconhecer os indicadores sociais como um instrumento de medição. Para saber identificar como são implantadas as políticas públicas nos municípios, tem como objetivo conhecer como estão sendo aplicadas as políticas, mas tam-

gestão
pública

Metas
do
Milênio

sociedade
global

Estado
neoliberal

Para tanto, o acesso ao lazer, à cultura como direitos da infância e da juventude, constitui importantes fatores de socialização nessas etapas do desenvolvimento humano. Possibilitam a apropriação de novos elementos do mundo externo, da cultura e permitem a expressão do mundo interno, psíquica na formação da personalidade humana.

Acreditamos na interlocução do Programa Integração AABB Comunidade, com as famílias, que não podem ser apenas convidadas para as festas e comemorações, ou quando tem visitas de autoridades, nas reuniões com a família, ou quando vai haver palestras com especialistas (psicólogos, assistentes sociais, médicos, advogados para falar sobre sexualidade ou uso e abuso de drogas, violência doméstica). Acreditamos que essas ações são muito importantes, mas o Programa pode contribuir como um pólo irradiador de informação e ideias na participação das famílias nos espaços democráticos de gestação, formulação e implantação das políticas públicas nos municípios, contribuindo assim, como protagonista, em suas respectivas comunidades.

As atividades socioeducativas com a família são possíveis de se trabalhar através da produção do conhecimento, pautadas na concepção de educação social fundada no compromisso ético-político dos educadores (as) no trabalho com a família no contexto da proteção social e dos próprios processos diversificados e históricos, que foram construídos entre a relação família e a educação. Assim, as dificuldades emocionais refletem, necessariamente, no desempenho intelectual, embora os vários aspectos do desenvolvimento sejam interdependentes das crianças e dos adolescentes, enfim dos humanos em geral.

Conforme afirma Freire (2003: 106):

“uma das tarefas pedagógicas dos pais é deixar óbvio aos filhos que sua participação no processo de tomada de decisão deles não é uma intromissão, mas um dever, até Ético, desde que não pretendam assumir a missão de decidir por eles”.

Neste sentido, a educação se consolida como um instrumento primordial no enfrentamento das práticas machistas, fenômeno histórico presente na sociedade que impôs a responsabilidade da educação dos filhos quase que inteiramente para as mães, (as mulheres), isso demonstra uma concepção cultural da herança maldita do patriarcalismo na relação entre homem e mulher na sociedade brasileira. Portanto, a presença das mulheres na educação dos filhos tem um peso maior do que a dos homens. Mesmo no sistema de educação pública, as mulheres também foram e são a maioria, mesmo assim nas últimas décadas as mulheres estão, cada vez mais, conquistando seus direitos e seu espaço merecido na sociedade. Esse processo também gerou uma redefinição nos papéis sociais, a mulher tem mais autonomia, trabalha fora, tem o controle do seu próprio corpo, da sua sexualidade e da própria reprodução da família.

Consideramos que a implantação das políticas públicas passa por um processo de vontade política do poder público local, pela falta de participação dos diversos segmentos da sociedade civil, mas também pela falta de planejamento, má gestão e desonestidade no uso imoral dos recursos públicos pelos Donos do Poder que, historicamente, vêm subtraindo dos segmentos sociais dominados e fragilizados da sociedade os seus direitos fundamentais de Ser gente.

o desgaste dos valores da Ética humanista, e a dificuldade dos educadores (as) do sistema oficial de ensino no incentivo à sociabilidade dos educandos na sua relação escola-família-comunidade.

É importante frisar que o Programa Integração AABB Comunidade, em toda sua trajetória, vem de maneira significativa atuando em conjunto com a família-escola e comunidade, realizando ações protagônicas no desenvolvimento de atividades sociofamiliar, tendo-os sempre em vista como sujeitos de Direitos Humanos universais. Assim, os princípios balizadores do projeto político-pedagógico que garantem a participação da família no processo socioeducativo, respeitando as relações intrafamiliares e sua convivência comunitária. A participação organizada da família contribui de maneira significativa para o fortalecimento do convívio harmonioso entre pais e filhos na participação e no exercício da cidadania, como estabelece o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

É importante observar a relação entre os pais que têm projetos de vida para seus filhos, ou melhor, projetam neles, esperam deles, a realização de suas próprias aspirações, sonhos e utopias, desejos que são diferentes aos dos filhos. Muitas vezes impedem que os filhos trilhem seu próprio caminho, seus sonhos, suas vocações, muitas vezes os gostos e a forma de vida são alterados, ou sofrem intervenções da família.

Dessa forma, os educadores (as) têm um papel fundamental no envolvimento da família em ações socioeducativas que promovam o protagonismo da família na gestão, elaboração e implantação das políticas públicas através de ações de caráter preventivo em relação à violência doméstica, à prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, violência e abuso sexual, situação que prejudica e contribui em muitos casos para o desarranjo e violência nos núcleos familiares, prejudica e deixa marcas profundas nas pessoas que passam por essas situações de violência.

Como afirma Carvalho (2005: 271):

“a família como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações incluídas na própria vida em sociedade”.

concepção de educação

homem
mulher

políticas
públicas

Avaliamos que atividades socioeducativas junto à família propiciarão o fortalecimento dos laços nas relações intrafamiliares, superando a violência doméstica, as desigualdades persistentes de nossa sociedade, colocarão a mulher numa posição autônoma e não submissa, fortalecerão a participação social das famílias na elaboração e gestão das políticas públicas no município. Propiciarão o desenvolvimento do afeto, da solidariedade, do amor, dos vínculos e do respeito mútuo que tanto está presente na família brasileira, mas que vem se perdendo com os efeitos das ofensivas neoliberais das últimas décadas.

Enfim, a família merece ter garantidos os seus direitos fundamentais, para que possa exercer seu papel social de mediação entre indivíduo e sociedade, entre o público e o privado, o sagrado e o profano, e estabelecer uma construção de identidade entre o individual e o coletivo de sujeitos sociais capazes de construir uma cultura política protagonista. Participação democrática iluminada de afeto, de solidariedade, de amor entre as pessoas na construção de um outro projeto societário.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DE CARVALHO, Apolônio In. ARBEX, José Jr & VIANA. É Preciso Coragem para Mudar o Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

DE CARVALHO, Maria do Carmo B. Família e Políticas Públicas. In ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, Maria Amália F. Família: redes, laços e políticas Públicas. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FILHO, Mário José & DALBERIO, Osvaldo. Família: conjuntura, organização e desenvolvimento. São Paulo: Unesp Campos de Franca, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GUIMARÃES, Maria Isabel Bel N. Propondo Uma Política Nacional de Família. São Paulo: Unesp Editora, 2007.

MDS - MJ Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília - DF. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

SAWAIA, Bader B. Família e Afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

Lei 8069 de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 2005.

Questões para reflexão em grupo

1 - Quais as contribuições que esse texto propiciou em sua prática educativa?
Exemplifique:

2 - Em que medida você participa da gestão, elaboração e planejamento das políticas públicas voltadas para família no seu município? Indiquem quais ações estão implantadas e quais estão em andamento e como está sendo seu processo de participação. Exemplifique:



Além disso, a implementação da lei exige a operacionalização do Sistema de Garantia dos Direitos Fundamentais, cujo trabalho se apóia em três grandes eixos: PROMOÇÃO, DEFESA e CONTROLE SOCIAL - este último, também chamado de PROTEÇÃO.

Cada um dos eixos opera numa lógica que articula espaços públicos e mecanismos a serem mobilizados na consecução dos objetivos do atendimento, da vigília e da responsabilização, respectivamente, de toda e qualquer iniciativa relacionada às crianças e adolescentes.

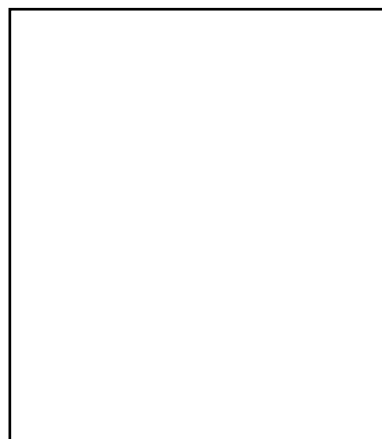
Fundamentados pela obra do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, aprofundaremos a seguir cada um dos eixos do Sistema de Garantia.

EIXO - PROMOÇÃO DOS DIREITOS: é formado pelo conjunto de atores sociais e de entidades públicas e privadas que tratam da formulação e aplicação de políticas públicas garantidoras dos direitos de crianças e adolescentes. Segundo o Novo Dicionário Aurélio, promover significa “dar impulso a, trabalhar a favor de, favorecer o progresso de, fazer avançar, fomentar”, ou seja, fazer acontecer - promover - a garantia dos direitos. Fazem parte deste eixo entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento direto de crianças e adolescentes (Programa Integração AABB Comunidade); os Conselhos de Direitos - municipal, estadual e nacional e os Conselhos Setoriais - saúde, educação, habitação, entre outros, responsáveis por deliberar as políticas de atenção à Infância e Juventude.

EIXO - DEFESA DOS DIREITOS: é formado pelo conjunto de órgãos do Poder Público e da Sociedade Civil incumbidos de promover a responsabilização jurídica dos violadores dos direitos de crianças e adolescentes. Exemplos de agentes que operam neste eixo são Conselhos Tutelares, Centros de Defesa, Judiciário, Ministério Público, dentre outros. O grande desafio deste eixo é, sobretudo, efetivar uma intervenção articulada em ações governamentais e não-governamentais, por meio das quais infância e juventude tenham defesa jurídico-social quando violados.

EIXO - CONTROLE SOCIAL DOS DIREITOS: é formado pelo conjunto de entidades da Sociedade Civil que realizam a vigilância do cumprimento da Constituição, das Leis e das ações definidas no Eixo da Promoção. É um local de discussão sobre os interesses vinculados à efetivação dos direitos da criança e do adolescente, e por essa razão, espaço, por excelência, de organização e mobilização social em favor dos direitos fundamentais, da luta por novos direitos e até mesmo pela ampliação da democracia.

¹Pedagoga pela PUC/SP e Educadora Social do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP



Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa

Doutrina de Proteção Integral,

O Sistema de Garantia de Direitos e sua interface com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

*Graziela Santos Graciani*¹

Neste texto refletiremos sobre a lógica que estrutura o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, fundamentando as necessidades que levaram à sua criação, as exigências para sua implementação efetiva, bem como estabeleceremos as interfaces entre o Plano e o Sistema de Garantia dos Direitos Fundamentais.

Para tanto, iniciaremos resgatando pontos fundamentais, sem os quais nossa análise tornar-se-ia um tanto rasa - uma espécie de breve histórico.

O compromisso com a luta em favor da infância e juventude no Brasil e no mundo vem mobilizando diferentes setores da sociedade ao longo da história. Setores esses que, articulados, influenciaram pensamentos e posicionamentos políticos, bem como decisões nas diferentes esferas da sociedade.

Assim, a conquista do artigo no 227 da nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, assegurou a criação de uma lei específica para crianças e adolescentes, cujo principal objetivo é assegurar direitos fundamentais para o desenvolvimento integral dos mesmos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente veio coroado por premissas de Convenções e Declarações Internacionais em defesa da infância e juventude, e, também, pelas contribuições de segmentos sociais compromissados com a garantia dos Direitos Humanos Universais.

A Doutrina de Proteção Integral, como um novo paradigma de infância e juventude proposto pelo ECA, nos coloca o princípio de corresponsabilização, diluindo a responsabilidade por assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes entre Estado, Família e Sociedade Civil. Isso exige de todos os segmentos da sociedade uma nova compreensão de criança e adolescente, bem como outras formas de intervir junto a eles, do ponto de vista social e institucional.

A esse respeito, Antonio Carlos Gomes da Costa denomina de salto triplo os três pulos necessários à efetiva implementação da lei. São eles:

1. Mudanças no panorama legal: os municípios e estados precisam se adaptar à nova realidade legal. Muitos deles ainda não contam, em suas leis municipais, com os conselhos e fundos para a infância;
2. Ordenamento e reordenamento institucional: colocar em prática as novas institucionalidades trazidas pelo ECA: conselhos dos direitos, conselhos tutelares, fundos, instituições que executam as medidas socioeducativas e articulação das redes locais de proteção integral;
3. Melhoria nas formas de atenção direta: É preciso aqui “mudar a maneira de ver, entender e agir” dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes. Estes profissionais são historicamente marcados pelas práticas assistencialistas, corretivas e muitas vezes repressoras, presentes por longo tempo na história das práticas sociais do Brasil.

Em contrapartida, o Plano Nacional aposta que a família, mesmo quando vivenciando limitações e dificuldades sociais, tem condições e potencialidade para cuidar de seus filhos. Nesse aspecto, acreditamos que os pressupostos trazidos no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária avançam sobremaneira no que se refere ao papel da Família, do Estado e da Sociedade.

Assim, as políticas públicas - oferecidas pelo Estado, deverão responder às necessidades de cidadania - assistência às famílias, por exemplo, sendo a sociedade também responsável por oferecer atendimento, participar dos espaços de discussão e deliberação das políticas, e, principalmente, fiscalizar o cumprimento dos direitos fundamentais. Se não assegurarmos as necessidades básicas dessas famílias, isto é, se não a fortalecermos, não estaremos assegurando os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Cabe salientar que esse novo paradigma diferencia os papéis da família e do Estado, que jamais podem ser colocados no mesmo patamar, pois a família só viola os direitos fundamentais porque o Estado não responde com políticas públicas concretas às suas necessidades básicas.

Além disso, torna-se necessário desmistificar a idealização de uma dada estrutura familiar como sendo “natural”, e por isso, fundamentada como modelo social. Precisamos abrir caminho para o reconhecimento da diversidade das organizações familiares no contexto histórico, social e cultural. Não se trata mais de conceber um modelo ideal de família, devendo-se ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes.

Sabemos que, ao adentrar a escola, a criança amplia consideravelmente seu universo relacional para além da família. Durante a infância e adolescência, o desenvolvimento é continuamente influenciado pelo contexto no qual a criança e o adolescente estão inseridos. A relação com colegas, professores, vizinhos e outras famílias, bem como a utilização de espaços como a rua, quadras, praças, escolas, igrejas, postos de saúde, entre outros, são fundamentais para a formação de seus próprios grupos de relacionamento. É, pois, na relação com a comunidade, com as instituições e espaços sociais, que eles se deparam com o coletivo - papéis sociais, regras, leis, valores, cultura, crenças e tradições. Ao internalizarem essas relações, passam a expressar suas individualidades, encontrando importantes recursos para o seu desenvolvimento. (NASCIUTI, 1996).

Os espaços e as instituições sociais são, portanto, mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção de relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva. Além de muito importante

Sistema de
Garantia
dos Direitos

família e co-
munidade

CONANDA
CNAS

O Sistema de Garantia dos Direitos é um conjunto articulado que trabalha em prol da garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A categorização por eixos nos auxilia na compreensão das diferentes funções de cada um, e da necessidade de articulação dos mesmos entre si, isto é, cada um destes eixos congrega instituições diferentes e realiza tarefas distintas, o que não significa que se tratam de áreas estanques. É necessário, sim, dentro de uma percepção sistêmica, compreender que cada eixo, e por consequência as instituições que nele funcionam, possuem funções diversas, das quais não podem fugir sem prejuízo da participação política e institucional nos demais eixos.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária se estrutura na lógica dos três eixos do Sistema de Garantia dos Direitos. Evidentemente, podemos perceber essa característica simplesmente ao ler o título do Plano. Assim, as estratégias, objetivos e diretrizes deste documento estão fundamentados primordialmente em assegurar, até que se esgotem todas as possibilidades, os vínculos familiares e comunitários.

A família e a comunidade são os espaços mais apropriados ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Essa compreensão de família é consagrada em documentos internacionais, como podemos observar no preâmbulo da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança (20/11/1989), Esse reconhecimento legal e social da família traz consigo paradigmas que concebem este universo e suas relações enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e socialização da população infantojuvenil.

Para defender essa convivência, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, junto com o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, aprovaram, em uma assembléia realizada no dia 13 de dezembro de 2006, o Plano Nacional. Esse é um documento, que como o Estatuto, surgiu de uma necessidade da sociedade, e nasceu pela construção e colaboração de muitas mãos, que articuladas, sistematizaram princípios, orientações e propostas de fortalecimento de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, para que estas tenham condições de preservar seus vínculos e oferecer condições saudáveis para o desenvolvimento integral de seus filhos.

Contudo, a história social das crianças, dos adolescentes e das famílias revela que estas encontraram, e ainda encontram, inúmeras dificuldades para proteger e educar seus filhos. Tais desafios foram traduzidos pelo Estado em um discurso sobre uma pretensa incapacidade da família de orientar seus filhos.

Ao longo de muitas décadas, esse foi o argumento ideológico que possibilitou ao Poder Público o desenvolvimento de políticas paternalistas voltadas para o controle e a contenção social, principalmente para a população mais pobre, com total descaso pela preservação de seus vínculos familiares. Essa desqualificação das famílias em situação de pobreza, tratadas como incapazes, deu sustentação ideológica a práticas recorrentes de suspensão provisória do poder familiar ou da destituição dos pais e de seus deveres em relação aos filhos.

ção AABB Comunidade, realizado em 2008. Em seu texto, a autora sugere inúmeras propostas a serem desenvolvidas no cotidiano do Programa:

“Há necessidade, de fazermos um mapa situacional das famílias em nosso Programa, registrando as condições de vida, saúde, habitação e educação, além de renda, origem étnica, com o intuito de melhorar a qualidade de vida, superar preconceitos, desigualdades sociais, propiciando apoio e proteção nos diferentes níveis” (p.12).

Graciani complementa:

“Os objetivos desses trabalhos deverão estar sob a égide de ampliar, articular e integrar o Programa Integração AABB Comunidade às políticas, projetos e serviços de proteção e defesa dos direitos; bem como na difusão da cultura do novo paradigma da convivência familiar e comunitária, em suas várias formas e expressões, com ênfase no resgate de vínculos; estimulando o emponderamento familiar, com a presença da rede social de apoio, sempre vinculado à família de origem, na tentativa de assegurar o acolhimento afetivo, sadio e significativo.” (pp.13).

Precisamos viabilizar a interface do Programa com as escolas, as famílias e as comunidades desenvolvendo junto aos mesmos, competência compartilhada, isto é, socializando os conhecimentos sobre o Plano Nacional, trazendo-os para dentro do Programa para planejar, avaliar e encaminhar de forma coletiva, participativa e emancipatória o andamento das atividades, principalmente no que se refere à garantia dos vínculos familiares, à qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e ao investimento para o retorno ao convívio com a família de origem. Destacar com eles a importância deste exercício e, prioritariamente do Plano em si, é encorajar e fortalecer a família e a comunidade, que ao se apropriarem da idéia de pertencimento e corresponsabilidade, poderão oferecer um ambiente mais propício ao desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Por outro lado, o controle social era definido de maneira determinista² como o controle do Estado sobre a população. Significado este, muito diferente do que é utilizado atualmente. Hoje, o termo controle social refere-se à forma de participação da população na formulação, deliberação e fiscalização das políticas públicas. Participar de Conselhos, Conferências ou Fóruns são formas de exercer o controle social, independente do segmento social que estejam representando.

Para nós, educadores sociais do Programa Integração AABB Comunidade, é fundamental ressaltar que, neste ano de 2009, estão sendo realizadas as Conferências Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Estas têm como objetivo contribuir com a efetivação e com o fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos Fundamentais, pois por

apoio
coletivo

convivência
comunitária

dever ético

Apostila do VI
Encontro

para o desenvolvimento pessoal, a convivência comunitária favorável colabora para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a inserção social da família.

Nesse sentido, Takashima (2004) destaca que algumas estratégias da comunidade cooperam com a proteção da infância e juventude, pois se constituem como formas de apoio coletivo entre famílias em situação de vulnerabilidade social. São elas:

- redes espontâneas de solidariedade entre vizinhos: a família recebe apoio em situações de crise como morte, incêndio ou doenças;

- práticas informais organizadas: a comunidade compartilha com os pais ou responsáveis a função de cuidado com a criança ou adolescente, bem como denuncia situações de violações de direitos; e

- práticas formalmente organizadas: a comunidade organiza projetos ou cooperativas para a geração de emprego e renda.

Assim, a convivência comunitária e as relações que nela são produzidas são também fundamentais para o desenvolvimento integral de meninos e meninas que se encontram em estado peculiar de desenvolvimento.

Em virtude de todas as considerações e reflexões pontuadas acima, um novo desafio se apresenta para nós, educadores sociais do Programa Integração AABB Comunidade - o de contribuir na efetivação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, fortalecendo assim o Sistema de Garantia dos Direitos.

Nossos educandos advêm, predominantemente, de famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade, além de serem oriundos de comunidades também desassistidas. Nesse sentido, nossa responsabilidade, e mais ainda, nosso dever ético como educadores sociais é o de colaborar não só na divulgação e no empedramento - nosso, dos educandos, suas famílias, escolas e comunidades, em relação ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e em relação à LOAS ou ao SUAS, mas prioritariamente, trabalhar nos três eixos do Sistema de Garantia dos Direitos. Somente unindo forças, articulando setores e participando dos espaços democráticos de debate é que estaremos de fato tendo parte na elaboração da Política de atenção à Infância e Adolescência, bem como na construção e disseminação de um novo projeto societário.

Aqui, faço uma pausa para sugerir que todos releiam o material elaborado pela Profa. Dra. Maria Stela Santos Graciani sobre os desafios da operacionalização do Plano, que se encontra na Apostila do VI Encontro de Educadores Sociais do Programa Integra-

²Determinismo: é a doutrina que afirma serem todos os acontecimentos, inclusive vontades e escolhas humanas, causados por acontecimentos anteriores, ou seja, o homem é fruto direto do meio, logo, destituído de liberdade de decidir e de influir nos fenômenos em que toma parte. (Fonte: Wikipédia)

preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bibliografia

CENDHEC. Sistema de Garantia de Direitos: um Caminho para a Proteção Integral. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC. Recife, 1999.

COSTA, Antônio C. C. Mais que uma lei, um novo olhar. São Paulo: Comunicarte; Instituto Ayrton Senna, 1997.

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Brasília. CONANDA, 2002.

GRACIANI, Maria S. S. Os Desafios da Implantação de Estruturação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. In: NTC da PUC/SP Apostila do VI Encontro de Educadores Sociais do Programa Integração AABB Comunidade. São Paulo, 2008.

MOREIRA, José R. Educação para Valores. Brasília, DF: Instituto COOPERFORTE, 2008. Coleção Transformando Realidades - v. 1.

NASCIUTI, J. R. A Instituição como via de acesso à Comunidade. In: R. H. F. Campos (Org.) Psicologia Social e Comunitária: Da Solidariedade à Autonomia. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, Brasília. CONANDA, 2008.

TAKASHIMA, G. M. K. O Desafio da Política de Atendimento à Família: dar vida às leis - uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Silvio M. (org.) Família brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2004.

VICENTE, Cenise M. Direito à Convivência Familiar e Comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Silvio M. (org.) Família brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2004.

controle
social

direitos univer-
sais

ECA

meio da construção coletiva e participativa, avaliam a situação das políticas públicas e da garantia dos direitos, e elaboram as diretrizes que dão subsídios para a Política de Atenção à Criança e ao Adolescente dos municípios, Estados e do Brasil.

Além disso, podemos ainda trabalhar em prol da divulgação, para os meios de comunicação local, dos princípios do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, a fim de que o controle social e mobilizador seja de todo município, garantindo o princípio de absoluta prioridade para esta população na cidade.

Finalmente, é essencial reafirmar que a capacidade da família em desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções é fortemente interligada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais. Assim, uma família que conta com orientação e assistência para o acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos, bem como acesso a serviços de qualidade nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, também encontrará condições propícias para bem desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras, bem como para compreender e superar suas possíveis vulnerabilidades.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, é um marco nas políticas públicas no Brasil, pois rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes em situação de dificuldades, fortalecendo o paradigma da proteção integral e a preservação dos vínculos familiares e comunitários

Questões para reflexão em grupo

1 - Relacione os principais aspectos do Sistema de Garantia dos Direitos com os objetivos e diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

2 - Como o Programa vai discutir o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária com as famílias das crianças e adolescentes atendidos?

3 - Como o programa poderá trabalhar em parceria com a escola, família e comunidade para fortalecer a família enquanto uma estrutura vital para assegurarmos os direitos fundamentais da criança e do adolescente?



A relevância da construção de indicadores sociais participativos para a Gestão de Programas e Projetos Sociais

Márcia Guerra¹

O intuito de discutirmos neste texto sobre a relevância da construção de indicadores sociais participativos, como sendo um dos principais instrumentos para a Gestão de Programas e Projetos Sociais, contribuirá para fortalecermos a interface do Programa Integração AABB Comunidade com a Família, a Escola e a Comunidade, tripé matricial para o sucesso e a permanência da nossa prática educativa.

Assim, carece uma apresentação e interpretação conceitual sobre o que é indicador social, portanto o dever ético me obriga a dizer que as reflexões mobilizadas neste texto tiveram como essencialidade o pensamento trazido pela pesquisa realizada por Paulo de Martino Jannuzzi, sistematizada no livro “Indicadores Sociais no Brasil - Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações”. O qual define Indicador Social como sendo uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato (pesquisa acadêmica), de interesse teórico ou programático (formulação de políticas públicas). Afirmo ainda que indicador social é um recurso metodológico capaz de informar algo sobre aspectos da realidade social ou ainda poderá apontar sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2006).

Portanto, a construção participativa de indicadores sociais capazes de subsidiar substancialmente a Gestão de Programas e Projetos Sociais nos remete à utilização de um Sistema de Informação Público elaborado e disponibilizado por meio de censos demográficos, pesquisas amostrais e registros administrativos que são disponibilizados pelos sites e relatórios publicados de modo geral pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, agências estaduais e nacional de estatísticas, ministérios, além de outros órgãos, secretarias e institutos que produzem dados estatísticos no âmbito nacional,

¹Antonia Márcia Araújo Guerra Urquizo Valdivia é Pesquisadora e Educadora dos Núcleos da PUC/SP: Educação Social e Meio Ambiente; Núcleo de Trabalhos Comunitários; e Segurança Urbana e Cidadania. Atua como assessora e consultora na gestão de Projetos e Programas Sociais.

²Paulo de Martino Jannuzzi é um dos principais intelectuais brasileiros que debate a importância da democratização do acesso aos indicadores sociais para a formulação de novas políticas públicas capazes de avançar na transformação social. Professor universitário e doutor em

indicadores
sociais

recurso metodológico

construção participativa

Como percebemos, são diversos os fatores que nos distanciam do acesso e da utilização de indicadores sociais, como sendo um dos principais instrumentos para efetivarmos a participação cidadã na gestão de Programas e de Projetos Sociais, que sem ser os únicos, mencionamos duas expressões perversas desta estrutura autoritária:

Centralidade do poder no campo da gestão das políticas, pois ao longo da história de planejamento no Brasil fomos bombardeados por Programas e Projetos gerados em gabinetes por técnicos que pensavam e executam estas ações não com o povo, mas para o povo. Os sistemas de indicadores mais precisamente no Governo Autoritário serviram para conter as possíveis e justas manifestações sociais, por meio de políticas benemerentes ou pelo abuso da força policial. Assim, cria-se ou fortalece-se ainda mais a lógica perversa da corrupção, tendo em vista o distanciamento das políticas em relação às necessidades dos cidadãos, ou seja, os políticos não precisavam do aval da população para investir mais numa política do que noutra.

Cultura autoritária dos técnicos, e se duvidar até mesmo nossos educadores sociais, que quando estamos na gestão de programas e de projetos sociais, de maneira geral ficamos bem alterados quando as nossas ações passam por avaliações, ou precisamos criar instrumentais de controle sobre o processo e resultados das mesmas. Também pudera, as medidas nas quais fomos submetidas nunca foram para nos emancipar, mas para nos excluir de determinadas situações sociais.

Portanto, nós, os educadores sociais, temos o dever ético na promoção do empoderamento sobre a construção e utilização de indicadores sociais que possibilitem apontar para reivindicarmos os direitos de cidadania que estão sendo violados, além de medirmos os níveis de participação social neste chamado Estado Democrático de Direito, tendo como perspectiva uma efetiva participação cidadã, e, não esta forma de participação que estamos submetidos à democracia representativa como monopólio do poder e não como instrumento para a democracia participativa.

Portanto, a construção de Indicadores Sociais Participativos exige avançarmos para uma nova cultura democrática e no desenvolvimento de metodologias participativas, aspectos estes fundamentais para a avaliação processual da gestão de programas e projetos sociais realizados pelo Estado, pelas Organizações Sociais ou em parceria Estado e Sociedade Civil. Pois, segundo BRANT (1999), a avaliação tradicional tem sofrido fortes críticas: pelo seu caráter externo; pelas debilidades metodológicas apresentadas; pelas preocupações demasiadas com a eficácia e, portanto, pela sua incapacidade de apropriar-se do conjunto de fatores e variáveis contextuais e processuais, que delimitam ou potencializam resultados e impactos.

Assim sendo, nós que integramos o Programa AABB Comunidade estamos diante da

³ Pesquisa-ação - ler texto de autoria da Graziela Santos Graciani publicado no Módulo A-2009 da Educação a Distância do Programa Integração AABB Comunidade.

estadual e municipal.

O acesso a esse sistema de informação é fundamental para desenvolvermos diagnósticos participativos no âmbito do Programa, pois esse movimento de análise das estatísticas globais é básico para a realização de observação participante crítica, que dará base para um diagnóstico mais preciso e procedente, ao relacionar a realidade local com as dimensões macrosociedades.

Consideramos, portanto, que a produção das estatísticas é intrínseca ao movimento de análise entre os dados produzidos no âmbito local com a produção de dados nas esferas municipal, estadual, regional, nacional, continental e mundial. Senão faremos diagnósticos enviesados sobre as comunidades que atendemos no Programa (rua, favela, beco, bairro, viela), pois estas jamais se explicarão por si só, mas por um conjunto de aspectos sociais e históricos expressados por determinados contextos complexos e multifacetados advindos das contradições produzidas nas relações sociais.

Sabemos que não é fácil se apropriar dessas informações, devido à cultura instituída oficialmente em relação ao acesso e à democratização de indicadores sociais, historicamente produzidos para responder às necessidades fiscais e militares do Estado. Apenas nos anos 60 tivemos, principalmente no Brasil, uma compilação de dados circunstanciados de indicadores sociais que apontaram as principais tendências das condições e dos grupos sociais.

Assim, consideramos que a produção e a utilização de indicadores sociais, principalmente no Brasil, é uma cultura embrionária no campo do conhecimento da gestão das políticas, e pior ainda, quando a analisamos em relação à cultura autoritária, na qual fomentou a centralização e a gabinetização das políticas, e quando desenvolvida no campo da cientificidade ficava muitas vezes nas prateleiras das bibliotecas acadêmicas.

Dessa forma, é possível afirmar que estes níveis de produções, ainda hoje, são bem restritos e quando socializados, na maioria das vezes, não temos uma compreensão do conjunto de informações que estão sendo apresentadas. Daí dá um nó, e embola tudo! Pois se não tivermos a compreensão de como foi elaborado determinado indicador, não poderemos entrar francamente no debate coletivo, que de modo geral exige uma análise crítica para a definição de políticas participativas, e até mesmo de metodologias de pesquisas acadêmicas, principalmente das que utilizam os princípios metodológicos da “Pesquisa-ação”³.

lógica
perversa

Cultura
autoritária

participação
social

Indicadores
Sociais Participa-
tivos

que participaram da pesquisa: Araraquara, Betim, Cascavel, Castanhal, Itabuna, Juazeiro do Norte, Marau, Paracatu, Piracanjuba e Restinga Seca; total de participantes 1.169; principais resultados maior inserção dos egressos do Programa no mercado de trabalho, ter participado do Programa ajudou a conseguir emprego, os egressos do Programa têm fé no futuro e buscam a cidadania, se preocupam com a comunidade, saúde e higiene pessoal; oportunidade de melhoria enfatizar junto ao parceiro local os benefícios aos participantes do Programa sobre valorização da escola e reconhecimento da educação na vida, investir no desenvolvimento de estratégias que favoreçam a permanência dos participantes no Programa, implementar ações com os educadores sociais para desenvolverem habilidades para o trabalho com adolescentes, rever atividades educacionais em relação à autoestima e ao meio ambiente, a importância do Curso do Educador do NTC, pois avaliam maior o sucesso do Programa quando os educadores já passaram por esta formação; destaque da pesquisa mesmo quando os pesquisadores não perguntavam sobre os educadores os educandos sempre os citavam.

- O segundo aspecto no campo da produção de indicadores sociais foi a metodologia desenvolvida pelo NTC-PUC/SP⁴, pois propiciou construção coletiva e participativa dos educadores, por meio da troca de experiências e problematização de temáticas pertinentes ao sucesso do Programa, porém vamos salientar apenas a Oficina da Cartografia Escolar que mediu a relação entre Programa e escola. Objetivo refletir e aprofundar as relações interativas entre o Programa AABB e a Escola Pública, de onde vêm os educandos do Programa; metodologia foi apresentada uma introdução sobre o que é indicadores sociais participativos e sua importância sob a visão da pedagogia libertadora e em subgrupos analisaram as seguintes categorias: número de escolas que o Programa atende, número de educandos por escola e faixa etária, distância de casa para a escola e como vão, como é a relação do Programa com os professores das escolas, há ações em parceria com as escolas (QUAIS), aproveitamento do educando na escola (média e frequência), “evasão” nas escolas e quais os motivos alegados pelos educandos; resultados o Programa de modo geral atende educando de diversas escolas, a relação do Programa com a escola ocorre por meio de visitas, palestras e parcerias (jogos e intercâmbio), existe desentendimento dos educandos do Programa com os professores das escolas, o aproveitamento dos educandos do Programa na escola é bom pois existe pouca reprovação e uma boa frequência escolar, no quesito “evasão”⁸ escolar os educandos muitas vezes saem da escola para trabalhar.

Essas ações são apenas citações para dizermos que já estamos fazendo a diferença no campo da criação e utilização de indicadores sociais para a avaliação emancipatória, como sendo uma ação totalizante permeada por diretrizes conceituais desde a sua articulação, formulação metodológica, aplicabilidade, obtenção dos resultados e impactos, acrescido de sua devolução junto aos sujeitos que participaram e também na socialização juntos aos diversos atores sociais que têm interesse legítimo na compreensão dos processos

⁴FENABB - Federação Nacional das Associações Atlético Banco do Brasil.

⁵FBB - Fundação Banco do Brasil.

⁶Os dados apresentados foram coletados no Relatório Final do VI Encontro de Educadores do Programa Integração AABB Comunidade elaborado pela equipe do NTC-PUC-SP.

possibilidade de alinhar a matriz conceitual do Projeto Político Pedagógico balizado pela Pedagogia libertadora, com as iniciativas de formulação e de utilização de indicadores sociais capazes de subsidiar uma avaliação crítica e emancipatória para avançarmos na interface do Programa com a Escola e com a Família e Comunidade, tripé este fundamental para o sucesso da nossa prática educativa.

Neste sentido, os instituidores do Programa FENABB⁴ e FBB⁵ vêm se preocupando com a realização de avaliações fecundas que contribuem substancialmente para o repensar da prática educativa, a partir das avaliações processuais que ocorrem no âmbito das atividades desenvolvidas dentro do Programa, e pelas avaliações “externas” desenvolvidas por parceiros para entrelaçar o objetivo do Programa com as ações que estão sendo desenvolvidas pelo mesmo.

Este movimento de avaliação continuada permite uma reflexão séria daquilo que o Programa se propôs e daquilo que vem se concretizando, deste modo quero lembrá-los de dois aspectos trazidos na realização do VI Encontro de Educadores⁶ :

- O primeiro diz respeito à avaliação apresentada pelo Núcleo de Monitoramento da FBB em parceria com a Universidade Nacional de Brasília - UNB que socializa a Pesquisa Avaliativa do Programa explicitando o objetivo geral do Programa que é o desenvolvimento integral da criança e do adolescente; os objetivos da avaliação eram investigar de que maneira o Programa influenciava nos resultados de desempenho e comportamento na escola, analisar o efeito do Programa na continuidade escolar dos participantes egressos do Programa; verificar se a partir da participação no Programa houve mudança na percepção dos participantes quanto à importância da escola e educação e verificar se houve, após a participação no Programa, melhor absorção desses sujeitos pelo mercado de trabalho; fontes de informação adolescentes com três anos ou mais no Programa, egressos (educandos que tinham saído do Programa por ter atingido limite de idade e que permaneceram por pelos menos dois anos no Programa), e grupos de comparação: participantes e egressos do Programa, coordenadores pedagógicos, diretores de escolas e representantes do parceiro local; municípios

⁷ NTC-PUC/SP - Núcleo de Trabalhos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁸ NÃO EXISTE EVASÃO ESCOLAR. “Evasão escolar como podemos ver é um equívoco, pois os educandos não se evadem por evadir, é a sua condição socioeconômica que os obriga a trabalhar precariamente

metodologia

Programa
e
escola

avaliação emanci-
patória

inovadores ou fortalecedores de um novo paradigma de avaliação processual e participativo.

Consideramos, portanto, que a construção de indicadores sociais participativos é inerente à função e à competência de um educador social que atua eminentemente no empoderamento do conhecimento comprometido com as novas formas de metodologias participativas que tenham como perspectiva a construção de um outro mundo possível.

Bibliografia

JANNUZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas, SP: Alinea, 2006.

CARVALHO, M.C.B. Avaliação de Políticas Sociais. In: Avaliação participativa - uma escolha metodológica. São Paulo, SP: Cortez: Instituto de estudos Especiais, 1999.

ÁVILA, C.M. (org). Gestão de Projetos Sociais. São Paulo, SP: AAPCS - Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

Questões para reflexão em grupo

1- Caso o seu Programa ainda não tenha elaborado ou utilizado indicadores sociais para definir as suas ações, como vocês poderiam elaborá-los e utilizá-los para fortalecer a integração do Programa com a Escola, a Família e a



Coordenadores(as) e Educadores(as)
do Programa Integração AABB Comunidade

**As respostas do Módulo B-2009 deverão ser enviadas ao NTC-PUC-SP
até Setembro/2009**

O certificado só será emitido comprovando-se a participação nos três módulos

Dicas para evitar problemas com a certificação:

1. **Destaque** e envie a lista de participantes que estiver no final de cada módulo, devidamente preenchida de **forma legível**, com **endereço completo** e assinada por cada participante (não pode ser assinada pelo coordenador ou outra pessoa).

Obs.: a **Coordenação** que participar das discussões, deverá também assinar a lista, senão não será considerada participante.

2. não serão aceitas devolutivas por fax.

3. cada módulo deverá estar acompanhado de sua respectiva lista de presença (**não pode** ser uma lista única que corresponda a todos os módulos).

4. as respostas do grupo devem ser encaminhadas para o NTC da PUC/SP, por correio ou e-mail – mesmo encaminhando por e-mail necessitamos **OBRIGATORIAMENTE** de cópia por correio, **acompanhada da respectiva lista de participação**;

5. os certificados serão enviados para a residência de cada participante, após a conclusão dos módulos e ressaltamos que só receberá o certificado o educador(a) que participar de **100%** das discussões.

A inclusão de nomes de pessoas na lista de participação para fins de certificação que não tenham participado efetivamente dos grupos de estudos, implicará na invalidação do trabalho de todo o grupo e nenhum participante do município em questão receberá o certificado.

Finalmente, cabe ressaltar a importância do **plantão telefônico**, disponível à participação de todos os educadores e coordenadores pedagógicos para:

1. esclarecimentos de dúvidas acerca do funcionamento do Programa como um todo e da Formação Continuada a Distância;

2. partilha de dificuldades surgidas na prática político-pedagógica diária;

Plantão telefônico: Segunda a Sexta-feira - das 9h às 18h

Fone: (0xx11) 3862-5891

Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP

R. Ministro de Godoi, 1181 – Perdizes – São Paulo - SP

CEP: 05015-001 - E.mail: ntc@pucsp.br

Educação Continuada a Distância
Módulo B-2009

Ficha de Inscrição

LISTA DE PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE ESTUDO
Formação Continuada a Distância para Educadores do Programa Integrado ABBB Educadora
Dados de Realização dos Estudos do Módulo B-2009

Cidade: _____ Estado: _____
Comunidade: _____
Fone da ABBB: (0) _____
E-mail da ABBB: _____

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)

Nome Completo (em letra de forma e sem abreviar)

e-mail:

Fone com DDD:

Assinatura:

Endereço completo: (Rua, número, bairro e CEP)